

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ENEL

13.09.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Havendo número regimental, declaro aberta a quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 160, de 2023, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, investigando, em especial, no período de 2018 até 2023, as quedas de energia, a cobrança de valores, a atuação operacional, o suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, os contratos assinados, a execução dos investimentos e das obras previstas, bem como o estado de conservação da rede de infraestrutura e distribuição energética.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados: deputada Carla Morando, deputado Sebastião Santos, deputada Monica Seixas do Movimento Pretas e deputado Luiz Claudio Marcolino. Justificada aqui a ausência do deputado Sr. Luiz Fernando Teixeira. Solicito à secretaria a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura e fica considerada aprovada a Ata da quarta reunião desta CPI. Esta reunião foi convocada com o objetivo de apreciar os itens da pauta, previamente divulgados, de procedermos à oitiva do Sr. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo.

Aproveito para informar aos membros desta comissão que no dia 27 de setembro de 2023, às 14 horas, faremos uma visita à Aneel. Iremos nos reunir com um técnico do órgão para debater a atuação da Enel São Paulo no estado e a fiscalização da agência. Todos os membros desta CPI interessados em nos acompanhar podem procurar a nossa assessoria para as informações. Convido aqui então o Sr. Dr. Eduardo.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Não podemos já aprovar os itens?

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - O problema é que a gente está sem o quórum. Então para a gente dar prosseguimento aos nossos trabalhos, é aguardar mais um deputado chegar para a gente poder fazer a deliberação.

O Sr. Eduardo Vasconcellos, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo desde 2015, reeleito para o quadro de 2023 a 2027. É também presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores de Energia, Água e Meio Ambiente, o Fenatema, e vice-presidente da Força Sindical Nacional.

Eduardo é técnico de sistema elétrico sênior e trabalhador da Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo, Sociedade Anônima, atual Enel, desde 03/08/1987. Foi eleito ao Conselho de Administração da empresa em 2007, 2014, e hoje é licenciado para exercer as funções sindicais.

A Federação representa hoje 160 mil trabalhadores, e o Sindicato de Eletricitários de São Paulo representa 48 mil trabalhadores, sendo cerca de quatro mil trabalhadores da Enel. Com a palavra, então, o Sr. Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Obrigado pelas considerações e pelo convite. Thiago, quero cumprimentar a Mesa aqui na sua pessoa, na pessoa da deputada Carla Morando, todos os deputados aqui presentes.

Dizer para vocês que quando eu fui convidado, eu assistia a algumas audiências anteriores e falei assim: “Vamos ver como a gente consegue colaborar com a CPI”, no sentido de a gente construir um futuro melhor para o cidadão, o cidadão lá na ponta que muitas vezes sofre com as ocorrências do dia a dia.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então eu fiz uma apresentação breve aqui e tem algumas provocações nessa apresentação. Ao final eu faço algumas considerações, que eu acho que dão para colaborar com a CPI, essas considerações e até mesmo as provocações, que no final vocês vão compreender onde a gente quer chegar com a apresentação.

Posso conduzir a apresentação? Quanto tempo? (Fala fora do microfone.) Está ok, então está joia. Vou buscar ser sucinto e objetivo. Pode passar, Catu, por favor. Esse primeiro slide aqui... Eu vi as outras, eu não vou chover no molhado. Nas outras, apresentaram a área de concessão, os 24 municípios e tudo mais. Eu vou me ater só aos pontos em que eu verifico que a população sente o drama.

Então, o reajuste tarifário. Eu peguei de 2010 até 2021 só. Não peguei os dois últimos anos e nem peguei o anterior de 98, mas eu posso afirmar que a tarifa de 98, da privatização para cá, subiu 145% acima do IPCA. Ou seja, a população está pagando mais do que a inflação na tarifa.

Temos aí o gráfico, o azul é o reajuste tarifário e o laranja é o IPCA, só para a gente ter uma noção. Vocês podem verificar que tem alguns anos em que o azul está para baixo, mas nos anos seguintes vocês podem ver que tem um pulo, o azul compensa de uma forma absurda os anos anteriores. Pode passar, Catu. É só uma exemplificação.

Um outro ponto importante de destacar é o quadro de funcionários, pegamos também de 2010 até o ano atual. A gente tinha ali no ano de 2010, sete mil, manteve estável. Quando chegou ali em 2014 teve uma quebra abrupta. Depois, se vocês perceberem, esse ano teve um ciclone extratropical, apagou tudo, teve um problemão, a antiga empresa AES teve que se explicar. Ministério de Minas e Energia, agências, todo mundo pegou no pé deles e eles voltaram a contratar.

Chegou a um patamar de oito mil e poucos funcionários ali e permaneceu até 2018 quando a Enel assumiu. A Enel adotou um critério de redução de quadro próprio, e não foi nada abrupto. Eu quero frisar aqui a relação com o sindicato, o diálogo é muito franco, é aberto, mas é ruim... O que eu quero colocar é a perda de “know-how”.

Ela fez um PIA negociado com a gente para que aquelas pessoas que tinham tempo para aposentar se desligassem, e essas pessoas que se desligaram não foram recolocadas. Então, a gente perdeu o quadro técnico com esse desligamento. E vem demitindo, e no meio dessas demissões aí ocorreram demissões também de leituristas, técnicos, engenheiros, analistas dentro desse conceito aí. A área comercial nas agências, ocorreram demissões em agências.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então, saímos de 8.000, um patamar de 8.000 para 3.900 atual. Isso foi compensado, de alguma forma, com a terceirização, só que nada contra os companheiros da terceirizada, que a gente representa também, mas é uma luta, vive fechando porta, Thiago, vive fechando porta de empreiteira, não paga os trabalhadores, não recolhe o fundo de garantia, vira um problema para o sindicato ficar administrando essas terceirizações, e não é só da Enel.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Só para aproveitar, Eduardo, você falou que tem uma (Inaudível.) muito forte agora também. Esses 3.900, são só trabalhadores da Enel...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Só os próprios.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - E com os terceiros vai para quanto?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Chega nos 8.000, chega nos 8.000 com os terceirizados. Mas o que eu quero frisar é que a qualidade desse profissional não é a mesma.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Uma pergunta, mais uma pergunta.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Pois não.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Esses terceirizados estão sempre à disposição ou eles são convocados quando existe algum evento?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Existem contratos dentro da empresa, distintos. Eu não consigo te precisar o número dos contratos de TMA, que inclusive ampliaram. O TMA é turma de emergência. Ampliaram agora o número de turma de emergência no último ano, aumentou o quadro de terceirizados de emergência, mas a maioria é atendimento comercial, corte e religa, ligação nova e manutenção de rede. Os contratos, via de regra, eram isso.

Agora eles estão ampliando na parte de emergência, é o atendimento quando falta luz na residência, pontual, ou quando chove que cai um elo fusível, que desliga um circuito. Essas turmas estão indo, só que por não deter o know-how da atividade, muitas vezes eles vão e tem que ir uma equipe própria para conseguir coordenar o processo ali. Isso é um problema que a gente está...

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Só, presidente, para contribuir, quando o senhor fala de know-how, eu não pedi a demissão da Eletropaulo porque eles tinham capacidade. Eu pedi demissão porque eles eram incapacitados. E isso já faz muitos anos. Então, nós não estamos tendo uma diminuição de mão de obra especializada; nós estamos tendo diminuição de pessoas incapacitadas.

Esse é o problema. Nós não estamos tendo uma discussão. Olha, temos um equipamento, temos uma concessão que vocês têm que entregar o que está previsto no contrato. E aí todos os itens em si estão falhos. Isso eu estava lá dentro. Eu estou falando porque eu estava lá dentro. Eu falo com propriedade, e tenho hoje aqui 40 pessoas num grupo comigo, que se aposentaram ou saíram também, e não saíram porque estavam felizes. Eles saíram porque não tinham capacidade de estar ali.

Então, essa fala aí, hoje eu vejo, sim, a condição de estar numa briga. Se é terceirizado ou se é concursado, que concursado a gente sabe que a maioria infelizmente hoje não está como no passado, e vestindo a camisa da empresa, estão querendo o salário. Eu acho que a gente precisa chegar a um critério de resposta para a população. Ou seja, A, B ou C, mas nós temos que (Inaudível.) um formato. O que não pode é continuar: “Ah, Fulano não fez, Ciclano não fez.”

Não, essas desculpas têm que acabar, porque a gente tem visto muitas pessoas que temos trazido aqui, presidente, sempre com uma desculpa, mas a realidade está ficando debaixo do tapete. Então, eu acho que a gente precisava começar a colocar regras: calma aí, o que que está certo, o que está errado? Porque a população é que está sendo prejudicada, entende? É a população. Então, dar jeitinho hoje com as concessionárias é uma coisa comum.

Então, tem um prefeito aqui, está com dinheiro em conta, ele não pode conectar na rede de uma concessionária uma usina fotovoltaica para tirar o custo do município. Por quê? Um frigorífico que ligou em Sud Mennucci lá está com gerador porque ele não pode ligar na rede da concessionária. Ele tem que pagar, e pagando ele só vai poder ligar daqui a um ano. Calma aí, não é esse o contrato que está em vigência. Então, nós

temos que nos ater ao contrato. As desculpas, eu acho que a gente tem que deixar de lado e temos que ir para a resposta, realmente: isso aqui precisa melhorar nisso, nisso e nisso.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Deputado Sebastião, com todo respeito às suas considerações, eu quero afirmar aqui: o quadro da empresa é um quadro técnico capacitado. Desculpa discordar da posição do senhor, mas assim, com todo respeito ao o que o senhor falou: é um quadro capacitado.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Quantos estão na rua?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Dois mil e quinhentos, aproximadamente, mas é um quadro capacitado. O problema é: está tendo excesso de atividade para esses trabalhadores, excesso de cobrança, mas a capacitação, a capacidade de executar, de exercer atividade eles têm. O que falta é mais gente.

Agora, lamentavelmente, e não é desculpa, de 98 que o senhor participou disso, e deixou claro aqui, não sei a data exata que o senhor saiu, mas em 98, quando ocorreu a privatização, lamentavelmente na regulação, que agora pode ser alterada, está sendo discutido isso agora no Ministério de Minas e Energia, tem que ter um quadro mínimo. Nós estamos discutindo isso através de acordo coletivo, fechamos agora.

A gente estava com uma greve marcada para o dia 18, a empresa aceitou pagar bonificações para os trabalhadores, a parte econômica resolveu, e ficou marcado que até quatro de janeiro a gente senta para discutir um quadro mínimo, porque está insustentável para os trabalhadores também ficar apagando incêndio, porque tem outros 5.000 trabalhadores, aí eu digo um pouco menos qualificados, não são desqualificados, não estou desqualificando, com menos experiência de campo, vou usar esse termo que vai ficar mais claro. Com o tempo eles podem até pegar experiência, mas não têm isso hoje, e isso gera um problema, sim, para o atendimento.

Eu vou chegar lá, daqui a pouco vou chegar a esse ponto. Outras audiências a que eu assisti, deputado, falaram sobre investimento. Eu vi até um dos deputados falar assim: “Mas quem está mentindo então? Porque como que pode tanto investimento e o problema acontecer?” Nós vamos chegar lá, eu vou mostrar algumas fotos, vou falar sobre essa questão. Realmente a empresa está fazendo investimento.

Vai para o próximo slide, por favor.

Ah, perdão, antes de falar do investimento, aí é uma foto, é uma foto da assembleia dos leituristas, 1.200 leituristas que foram desligados da empresa, e a atividade deles foi terceirizada. E aí as pessoas perguntam: “Ah, mas por que que está tendo problema na leitura, por que que está tendo problema?” Porque a nova legislação de terceirização não permite a recontração dessas pessoas na empresa terceirizada.

Então, quem tinha um know-how de leitura saiu e não podia entrar para trabalhar. E os novos, que vieram com baixa experiência, cometiam equívocos nas leituras e gerou aquele boom de reclamações em agência. As pessoas perguntam: “Mas por que que aconteceu isso?” Está aí, é uma decisão de colocar medidores eletrônicos, que vai tirar o emprego dessas pessoas, Smart Grid lá.

Esse medidor vai fazer a leitura e mandar automaticamente para a empresa, só que a gente está com uma ação na Justiça de reintegração dos leituristas, porque a gente fez um acordo com a empresa de dois anos para adequar essa situação do Smart Grid, pagou indenização para esses trabalhadores, mas não cumpriu, houve a precarização da atividade da leitura, porque terceirizou tudo com pessoas com menos qualidade. Não é culpa dos trabalhadores ali que estão empregados na empreiteira, mas lamentavelmente a população sente o efeito desses movimentos. E aí vocês escutam no gabinete de vocês, no dia a dia, esses problemas.

Coloquei essa foto só para exemplificar, são 1200 leituristas que foram desligados. Pode passar, Catu, por favor. Indo para a questão dos investimentos, eu coloquei alguns recortes aqui, mas a gente não precisa se ater a eles, não. Eu fui atrás de cada um deles e olhei se de fato foi feito o investimento. O investimento ocorreu, deputado Sebastião, deputada Carla, ocorreu, tanto é que nos últimos anos da entrada da Enel para cá eu verifiquei: não deu 5 bi e 700, deu 5 bi e 400 de investimento nesse período, né?

Quase chegou ao que eles anunciaram lá atrás, de 5 e 700. Então, assim, ocorreu. Mas aí fica aquela dúvida: “Pô, mas colocou cinco bi na rede, e a gente está vendo os problemas? O que está acontecendo?”. Fica essa incógnita para todo mundo.

Segue, Catu, por favor. Eu tenho uma reclamação, eu preservei os nomes das pessoas, apaguei ali com a setinha, com a tarjinha, mas depois eu entrego, Thiago, a cópia do documento sem tarjeta, sem tapa número, eu vou entregar para ti. Mas aí é o seguinte: não é só na favela que o pessoal tem problema; Alphaville aí, em Alphaville o

que está colocado é que não foi executado o serviço porque não tinha parafuso para fixar o equipamento para fazer a instalação do medidor.

Um absurdo isso, né? Isso é um aspecto que tem que ser considerado. Pode passar, Catu, por favor. Eu peguei dois exemplos só para falar. Aqui eu perguntei oficialmente para todas as empresas terceirizadas: “Vocês estão com problema?”, porque eles reclamam disso no dia a dia para o sindicato, que eles não conseguem entregar as atividades, como o deputado Sebastião colocou aqui, não conseguem entregar a manutenção, a extensão de rede porque não chega equipamentos para eles, para fazer isso.

Ficaram com medo, a maioria por telefone confirmou que tem problemas, uma única teve a coragem de mandar um e-mail dizendo que realmente faltava e mandou os equipamentos que faltavam para fazer as ligações de consumidores e tudo mais. Mas todas as empresas têm problema de equipamento para fazer a... Então, eu chego lá, permita-me só... A gente vai chegar, tem um investimento, sim, deputado, eu vou chegar lá e vou esclarecer essa dúvida.

Aí, Catu, pode passar, por favor. Eu vou passar rapidamente, mas é só para mostrar. Aqui é um circuito em Diadema, no Diadema 109, na Rua Serra de Uassari, no Jardim Campanário. Está vendo a ponta da cruzeta ali? Isso daí é uma base fusível, ou seja, além daquele fusível que está ali, aquela pecinha branca que está de pé ali, aquilo é um elemento de proteção da rede, se der um curto, aquilo ali desarma, ele cai, aquela bengalinha cai.

Só que a cruzeta tem que sustentar a rede primária, são 13.000 volts, são 13.800 volts, aí desce ali e faz a proteção para ir para os transformadores de um bairro, um bairro que está ali, o Campanário. Se quebrar a cruzeta, o povo vai ficar sem luz ali no pedaço, então carece de manutenção. Estou mostrando uma cruzeta.

Passa, por favor, Catu. Eu não vou detalhar todos não, mas vocês vão poder ver. Aí é uma cruzeta secundária na Nova Gerty, um circuito ali da Anchieta. Estou falando, eu mostrei um primário, que é de 13.800 volts, e aqui é um secundário, de uns 110 ou 220 que já está indo para as residências. A cruzeta está podre. Aliás, esse padrão de rede é da década de 70, tá? É da década de 70 esse padrão de construção, não existe mais, então é importante frisar que é algo que está há muitos anos aí na rede.

Pode passar, Catu, por favor. Ali é um final de circuito, aqueles dois cabos que estão ali na cruzeta, ainda bem que foi a de lá que apodreceu, não a de cá, são 13.800

Divisão de Registro de Pronunciamentos

volts. E a outra cruzeta do lado ali onde está a setinha, que deveria ter uma madeira de sustentação, já foi embora, desintegrou.

Vamos para o próximo. Se vocês olharem na ponta do poste ali, na foto maior, tem um pino pendurado, tem o cabo e está solto o da cruzeta - cruzeta é a madeirinha que segura. Parece algo “ah, mas por que isso faz mal?”, daqui a pouco eu vou mostrar um vídeo. Aquilo ali é um cabo que, ele sozinho, tem sete mil e poucos volts, dependendo da parte do circuito, ele varia de 7.300 volts a 7.500 volts, um cabo só desse, dois cabos dão 13.800. Está pendurado o isolador, que deveria ser uma proteção, com vento vai balançar e pode tocar em alguma coisa e acontecer um acidente, carece de manutenção.

Vamos para o próximo, Catu. Outra cruzeta secundária podre. Vamos para o próximo. Outra primária desintegrada, está vendo? Tem um pino pendurado ali, aquele pino é para sustentar o cabo e ficar apoiado em uma madeira, a madeira desintegrou. Vamos para o próximo, Catu. Aí é um secundário também, da década de 70 essa construção, a cruzeta quebrada no meio, a outra está com a ponta caída para baixo, ou seja, totalmente fragilizado.

Vamos para o próximo, Catu. Aí é na Jacu Pêssego, eu tenho até que explicar, eu pedi para dois diretores do sindicato e falei: “Saíam para a rua em dois dias e tirem algumas fotos de problemas na rede quando vocês estiverem indo para a base conversar, fazer atividade sindical”. Isso daí foi pego no caminho deles, não é coisa... Falei: “Vão andando e se vocês virem algum problema, vocês tiram foto”.

Na Jacu Pêssego o cabo está partido no chão, um cabo primário do Spacer Cable. Eles me disseram que, pelo que eles verificaram na hora lá, o circuito... Está isolado esse trecho, mas em vez de arrumar, consertar, o cabo está no chão e isolaram o trecho. Aí carece de uma manutenção também, ninguém... Isso é um investimento, colocou o cabo, isso está na tarifa, se for investimento. Para que colocou esse cabo se não está alimentando nada, se está isolado? O que aconteceu ali? Não sei, carece do entendimento, o que aconteceu ali, né?

Vamos para a próxima, Catu. Aí é uma coisa que é comum, que é a questão de poda de árvore. Eu só coloquei para ninguém esquecer que existe esse problema na rede, que é grave. As árvores crescem e chegam à rede. Aí está um tomado, o endereço está posto aí. Vamos para a próxima, Catu. Henri Joly, nº 98, uma cruzeta primária já podre. Quando ela começa assim com a ponta podre, pela nossa experiência, tem que

Divisão de Registro de Pronunciamentos

ser toda trocada, porque fatalmente está toda descascada, onde está o cabo sustentado já está também podre, não tenha dúvida disso.

Você pega ela na mão e ela está até leve, ela parece isopor quando você... Quando você a coloca em condição normal, é uma madeira sólida, maciça; quando você tira nessa condição, está igual isopor, está toda comida por dentro. Vamos para a próxima, Catu. Aí é um curto, isso aí é uma subestação - a gente pegou na internet só para exemplificar -, isso é uma subestação.

Em seguida vai aparecer um vídeo de um cabo no chão, primário, partido, e eu vou explicar os dois problemas em seguida. Isso é um cabo no chão. Já já... É coisa rápida, já já para, inclusive demonstra aí o bombeiro tentando fazer alguma coisa. Vocês percebam que o arco corre para a residência ali. Vocês viram que o fogo está indo? Por quê? Porque todo medidor é aterrado, tem que colocar uma haste no chão, e a energia elétrica procura o terra sempre, então quando a energia está sendo dispensada no solo, ela procura onde o caminho é mais fácil para o solo, então ela busca os aterramentos.

Olha o bombeiro tentando apagar, é um erro isso, ele não morreu porque a bota dele possivelmente tem isolamento classe dois, por isso que ele não morreu. Se fosse um cidadão comum chegando ali, morreria, vai dar um passo perto do cabo e poderia morrer. Não precisa nem pisar no cabo, só de chegar próximo ali, o campo energizado do solo pode matar um cidadão. Isso é um risco muito grande.

Eu quero parar aqui, antes de responder a pergunta que eu coloquei, e começar a responder alguns problemas. “Ah, mas isso foi a Enel que causou.” Não, o problema é, a Enel está vivendo um problema, que está investindo, e o problema continua existindo. Eu quero falar disso, o investimento não é mentira. Aquele valor que está posto está sendo investido, mas o problema está persistindo.

Aí fica uma incógnita na cabeça de todo mundo, “mas como assim, Chicão, como que eu estou colocando cinco bi, e o problema existe?” Vamos lá. Lá em 98, quando foi feito o edital de privatização e um contrato de concessão, foram estabelecidas metas para os próximos 30 anos. Essas metas são muito frágeis. É DEC, FEC.

DEC, FEC, gente, é média. Você pega o circuito e fala assim, como que está o DEC, FEC (Inaudível)? Está bom. Por quê? Porque não desligou o circuito, ficou ligado. Aí, onde vai o investimento, presidente? O investimento vai, muitas vezes, aí eu chamo de desligamento seletivo. Como a regra do jogo de remuneração da empresa na

Divisão de Registro de Pronunciamentos

hora de fazer o reajuste tarifário recai sobre os investimentos que a empresa faz, não sobre a manutenção.

A manutenção é obrigação dela, chama PEX. E o investimento se chama Capex. Então, assim, investimento é obrigação, é acréscimo. Operação, a manutenção, é obrigação da concessão. E a regra para trocar a cruzeta lá na Aneel - a Aneel, não sei se ela veio ou não veio, mas deveria vir -, a Aneel tinha que vir aqui explicar isso, por que a regra engessa a manutenção da rede.

Eles falam o seguinte, se trocar a cruzeta é o PEX, não considera investimento. Mesmo que a cruzeta esteja toda danificada, toda ferrada, se a empresa trocar, isso não entra na tarifa dela, ela não consegue colocar isso na tarifa. Só entra se trocar o poste junto.

É uma regra, no meu ponto de vista, desculpe a expressão, burra. Nós já estivemos na Aneel conversando, na época, com outros presidentes da Aneel, falando sobre isso, e eles não abrem mão, porque é a regra que está posta. É um erro isso. Então a regra cobra algumas coisas da empresa e ela começa a adaptar para ter resultado.

Então ela não está descumprindo a concessão nesse aspecto. Ela vai lá e coloca um religador automático em um trecho da rede, um trecho que tem muita árvore, que tem muita cruzeta, coloca um religador. Depois vai fazendo a manutenção aos poucos. Deu um problema, é o desligamento seletivo, apaga aquele religador, aquele trecho fica desligado, que é um trecho menor, e o grande circuito fica ligado.

Um exemplo aqui que o deputado conhece bem, o Thiago, é a mesma coisa. Você tem a Avenida Goiás, lá em São Caetano. Aí, eles decidiram que a Senador Roberto Simonsen pode ser desligado, então põe um religador automático ali, o circuito da Goiás fica ligado e apaga o trecho da Roberto Simonsen para vir uma equipe ver o que aconteceu e arrumar.

Só que na hora que você vai calcular no DEC, FEC, como é um trecho menor, proporcionalmente o impacto pequeno na meta. E aí, quando eles apresentam, não estão mentindo. A meta foi cumprida, mas cidadãos, naqueles trechos selecionados ficaram no escuro por várias horas, tem pessoas que ficaram vários dias. Mas, na média, foi atendido o que está posto na concessão.

Então, nesse aspecto, eles não cumpriram, mas não atendeu o objetivo, que é levar energia elétrica para o cidadão. Daí, dependendo da região, fica mais tempo no escuro, outras regiões ficam menos tempo no escuro, por causa até da acessibilidade e tudo mais.

Então esse problema está posto, já é antigo. Por que os cabos estão caindo e ficando ligando? Isso não é um problema da Enel, eu vou até contar um histórico aqui, o deputado Sebastião é do ramo, vai entender o que estou falando. Dentro da subestação que a gente viu, aquele primeiro vídeo, aquele fogo maior, é uma subestação. A energia elétrica vem do gerador das usinas por torres. Chega nessa subestação, reduz para 13 mil volts, anda nas cruzetas pelos bairros, coloca um transformador para baixar para 220 volts para ir para casa.

Estou explicando assim para ficar fácil de todo mundo entender. Aquele fogo maior do primeiro vídeo é uma subestação em colapso. Por que acontece isso? Via de regra, faltou energia na corrente contínua, na proteção da subestação, e ela fica sem proteção. O que é isso? Ela não desliga o circuito se acontecer um problema na rua.

Se uma cruzeta partir e tiver um problema dentro da subestação, o fogo vai, aquele fogo que a gente viu no chão vai derrubar o fio e vai pegar fogo na subestação, que foi o que a gente viu ali. Se a proteção da subestação estiver bem dimensionada, o cabo deveria cair no chão, e não ficar pegando fogo igual àquele que a gente viu, desligar. Rompe, cai no chão e desliga.

Uma árvore tocou na rede, começou a faiscar, deveria desligar o circuito, e não partir o cabo. Mas o que ocorreu? Isso não foi com a Enel. Da privatização para cá eu briguei muito, na época, com o grupo AES. Eles tomaram a decisão de mudar a graduação do relé diferencial. É o relé de corrente na subestação que define a diferença de potencial entre as fases. É difícil de entender, mas vou tentar explicar.

Quando encosta uma árvore em uma das três fases que está na cruzeta, aumenta a corrente elétrica naquela fase. Lá na subestação tem um medidor que fica olhando a corrente. Opa, subiu muito a corrente deste circuito aqui. Qual o nível de corrente que a gente admite que pode subir? Pode ser um motor sendo ligado e pode ser um curto acontecendo ali, no local.

Então, até 60 amperes, por exemplo, você ia lá e graduava. Uma diferença entre as fases de 60 amperes, permanece ligado; se der 61, desliga. Tomaram a decisão de lá e colocaram de 200 amperes para cima. Aí trocaram os cabos, que era 336 a bitola, para 556. Ou seja, aguenta passar mais corrente e eu alterei o relé de proteção da subestação. Isso foi ainda na época da AES.

Eu disse que era criminoso isso, que podia partir cabo e matar gente na rua, que era um problema, mas foi uma decisão técnica, a engenharia permite esses tipos de decisões, tinha lá suas margens de segurança e implementaram isso. Naqueles

Divisão de Registro de Pronunciamentos

(Inaudível.) fusível da estação na rua, tiraram o “H” e o “K”, que são o tipo do fusível, que é um fusível mais rápido de queima, e colocaram o tipo “T”.

Eu sei que quem é leigo não vai entender. Mas o que muda nisso? O “T” fica mais tempo ligado se tiver um curto no secundário, no 110, 220, na rua. Então mesmo aquelas cruzetas quebradas, se der um curto, que não foi um curto franco, se for só um transitório, não vai desligar a estação e não vai atingir o tal do DEC, FEC.

Então, o que eu quero dizer para vocês é assim, o sistema permitiu a concessão, permitiu alguns absurdos e nós estamos sofrendo o impacto disso hoje. Então eu diria que tem muito a ser feito. Eu acho que esta CPI pode colaborar demais com isso, inclusive cobrando da Aneel e da Arsesp um posicionamento mais firme e uma mudança nessas regras de concessão.

Agora é a hora, 28 está aí, é o fim da concessão de muitas empresas, não é só da Enel, e é o momento de ter uma regra mais ajustada para quem vier tomar conta dessa concessão ou, se a decisão for estatizar, eu vi alguns deputados falando, mas não dá para a gente regionalizar a empresa, numa das audiências eu escutei isso. Não, isso daí seria a estatização, o Estado antes tomava conta, tomou a decisão de entregar para o setor privado. Está aí o efeito, não é? (Vozes fora do microfone.)

De coleta...? (Vozes fora do microfone.) Ah, tá, só de dados. Isso já é mais ou menos regionalizado por circuito, por trecho elétrico. Então quando eu falo lá Diadema 109, por exemplo, você tem um grupo elétrico ali que, aquele grupo, aquele segmento, aquele trecho é o trecho que é avaliado, então isso já é meio que segmentado, deputada.

(Vozes fora do microfone.) Não na conta geral. (Vozes fora do microfone.) Tá, nós vamos chegar lá. Fora da conta geral tem um jeito.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Posso fazer uma pergunta?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Pois não.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sobre a questão desse aumento de diferença de potência que o senhor estava falando. Por esse motivo que queima muito equipamento eletrônico dentro das casas ou não tem nada a ver?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Não. Não tem a ver.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Por conta dessa oscilação...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - O

que pode queimar o equipamento dentro da casa é uma variação de tensão.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Isso.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Isso pode ser fruto... Isso que eu falei é um relé de... É diferencial, ele olha só a diferença de corrente. A diferença de corrente entre fases não prejudica equipamentos de residências. Isso aí não tem nada a ver.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - O que acontece então?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Você pode ter um mau contato, por exemplo, no neutro da residência, um mau contato no neutro. Então, você tem duas fases e o neutro. Se você tiver um mau contato no neutro.... A depender da configuração da rede interna da casa, a tomada é 110, sem o neutro, ela pode virar 220. Aí, queima o aparelho em uma transitória, às vezes um mau contato.

A hora que dá a falta de contato do neutro, o 110 vira 220. Volta o contato, volta ao normal. Se você medir, está tudo certo. Só que, aquele pico do mau contato pode gerar uma queima. Isso é muito comum até... Não é nem da rede, às vezes na parte interna, se não tiver feito a manutenção...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, mas quando falta energia na casa, que as pessoas relatam a queima dos equipamentos.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Na

volta da energia? Não. A volta da energia não queima. O retorno da energia não queima equipamento.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - O que acontece?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Pode ser um mau contato de neutro, pode ser um outro elemento da eletricidade, mas não o retorno da energia. O retorno da energia não queima o equipamento. Não queima - efetivamente, não queima. Tem que ter um outro problema na rede para gerar a queima do equipamento. É importante a gente frisar isso aí. Seria um mau contato. Se tiver um mau contato em alguma coisa, pode gerar a queima do equipamento.

Então, o que eu estou querendo dizer aqui? O que levou o sistema elétrico a esse caos, a esse colapso? Então, tem investimento, e onde fica o investimento? Na hora de segmentar, como eu falei lá, escolheu a Roberto Simonsen para... E botou lá um religador automático.

Quanto custa um religador automático? É um investimento, um investimento pesado. Não é barato um religador automático. As empresas colocaram, chegaram a colocar. Teve um período que colocaram 1400 religadores automáticos na rede. Isso é um investimento.

Realmente, é um equipamento de proteção de rede, se você parar para fazer uma avaliação técnica, é. A Aneel vai falar, “é”, mas e aí? A manutenção, além do equipamento, foi feita? Não. Então, foi um mitigador de problemas, não foi um solucionador de problemas. Foi para conta de luz o investimento, e a parte da operação que deveria ser feita a manutenção, não foi feita.

E aí, gente, não é a Enel, não é a AES, não é a EDP, não é a Elektro, o sistema está muito ruim nesse aspecto. A Enel está jogando o jogo, nesse aspecto, pesado, reduzindo quadros, fazendo as coisas? Tem que puxar a orelha dela. Mas o sistema está mal arrumado, tem que consertar os quadros de concessão para o futuro, senão nós vamos continuar vendo esse tipo de problema, deputado.

Vamos ter que consertar, senão nós vamos continuar sofrendo esse tipo de problema. Quero frisar isso aqui.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A solução seria deixar a manutenção junto, somado ao investimento, para poder ter isso adequadamente.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Exatamente. Como você força uma empresa privada, que ela tem no seu fundamento fazer o atendimento objetivo da empresa, mas ter lucro? Como você a faz fazer isso? Tem que ter uma fiscalização mais forte, uma atuação mais forte dos órgãos, para apertar a empresa e punir se não fizer o que tem que ser feito.

Eu vou chegar nesse ponto aqui, porque eu estou muito “P” com as agências e eu vou mostrar o porquê. Eu vou chegar nesse ponto aqui e vou mostrar, inclusive, a resposta que eles me deram. Eu não coloquei nos slides, Thiago, mas eu vou te entregar, deputado, porque é lamentável eles não quererem fazer o papel deles - os órgãos reguladores. É uma vergonha, na verdade, isso.

Então, pode passar, Catu, por gentileza, para a gente dar continuidade aqui, senão... Eu estou chegando nos finalmente aqui, aí, já, já... Conseguimos? Falar rapidamente aqui. Na privatização, o que foi prometido para a população? Eu vou falar aqui abertamente, sem juízo de valor. Eu fui contra a privatização, mas fui vencido, na teoria, por conta do que foi implementado.

Vou explicar o porquê: privatização, maior qualidade, menor tarifa. Foi isso que foi colocado para a população. Fica a pergunta para quem nos ouve: teve redução de tarifas? Não, aumentou acima da inflação. Melhorou a qualidade? Não é o que estamos percebendo aqui, tem problemas sérios na rede. Então, fica essa questão.

Por que eu fui contra a privatização? Porque eu dizia o seguinte, nós vamos ficar reféns do setor privado, que visa lucro. E aí, os investimentos corretos não serão feitos. Aí é ser engenheiro de obra feita, né. É o que está acontecendo. Estão sendo feitos investimentos, mas dentro da regra do jogo, para garantir o resultado na tarifa para poder ter lucro. Então, os investimentos não estão, no meu ponto de vista, sendo feitos como era no passado.

Vou colocar aqui como era no meu período de estatal. O técnico pegava um carro, pegava um dos circuitos e corria ele de ponta a ponta, anotando todos os postes, os defeitos que tinha, a árvore que estava encostando, o para-raios que estava queimado, o isolador que estava quebrado, a cruzeta que estava podre... Fazia um projeto. E aí, ou ia uma turma própria no final de semana ou uma turma terceirizada, desligava por meio período aquele circuito e trocava tudo que estava ruim.

Aquilo ia ficar 10, 15 anos sem dar problema. Só a parte de árvore que não, porque árvore cresce todo ano, não tem jeito. Mas a parte de manutenção ficava,

efetivamente, muito boa. Na outra semana, fazia outro circuito, na outra, outro, na outra, outro e as coisas andavam.

Só que, quando trocou da estatal para o privado, o cara olhou, “pera aí, se eu ficar gastando na cruzeta aqui, a Aneel fala que não vai me pagar. Como que eu vou equilibrar os pratos, como que eu vou fechar a conta aqui? Não. Vou fazer o seguinte, vamos selecionar...”. Aí, faz o... Em vez de fazer a manutenção preventiva, passou fazer a tal da preditiva.

Pega, estatisticamente, o circuito que está dando mais problema e manda a equipe lá fazer, e, os outros, vai selecionando para ganhar tempo, para manter economicamente viável a empresa, o negócio. É um negócio. Não é só a oferta de energia, é um negócio que tem que dar lucro. Tem os investidores lá que querem o retorno, tem que conviver com isso e a concessão tem que prever isso também. Não previu. Por isso, estamos sofrendo esses “pepinhos”.

Vamos para o próximo slide, porque aí eu já estou falando da agência reguladora. As agências reguladoras, o que elas tinham que fazer? Fiscalizar, cuidar do reajuste tarifário - é muito mais que isso -, e cuidar do contrato de concessão - ver se está, realmente, sendo cumprido.

O que seria uma fiscalização? Isso que a equipe de dois diretores de sindicato correu o trecho, viu os defeitos e tirou fotos. A agência, tanto a Arsesp quanto a Aneel, poderia fazer tranquilamente, percorrer, ver os problemas e cobrar posição das distribuidoras, porque isso está acontecendo em todas as distribuidoras do país.

Só que, se tiver a oportunidade, tem que perguntar para ele, quantos fiscais ele tem para o estado de São Paulo. (Fala fora do microfone.) Pois é. Aqui nós temos 645 municípios. Esses 24 não dão conta nem de São Paulo, que dirá dos 24 municípios da condução da Enel, e que dirá os 645 municípios do estado. Então, nós estamos em uma situação muito preocupante no aspecto de fiscalização.

Aí, fica pegando a fiscalização baseada nos relatórios das próprias empresas, que é o que resta para eles, “vamos lá na área de engenharia da empresa olhar o que está sendo feito para poder peneirar”. E aí, é tapar o sol com a peneira: vai passar luz para todo lado. Não vai resolver a fiscalização. A fiscalização está precária, do órgão regulador.

Reajuste tarifário. Eu já falei aqui, é a regra do jogo. As empresas jogam com a regra do jogo. Investem, sim, mas de uma forma que retorne isso na tarifa. Aí, temos um

problema. De quatro em quatro anos nós temos a revisão, nós temos ajustes, que podem ser feitos no período, mas, de quatro em quatro anos que é feita a revisão total.

Eu defendo que a revisão tarifária deveria ser feita anualmente, porque aí o cara não ia segurar investimento. Não é o que a Enel está fazendo. Ela não está retendo investimento. Mas, se pegar o histórico, que eu mostrei ali, teve períodos que a própria AES reteve investimento. Quando que eles retêm de investimento? No primeiro ano depois do reajuste. Porque ele já recebeu o reajuste na tarifa, ele não vai receber de novo.

Então, o primeiro ano, via de regra, eles param de investir, só ficam fazendo o extremamente necessário. No segundo ano, eles dão uma olhada e melhoram um pouquinho o investimento. No terceiro, mais um pouquinho. No quarto ano, que aí é a hora que vai retornar para a tarifa, descarrega dinheiro no investimento para retornar isso na tarifa.

Então você tem sazonalidade muito grande, no investimento na rede, por conta da regra da concessão. Isso deveria ser revisto, de uma forma muito firme no País, o período de revisão, além da fiscalização. Porque isso já seria um incentivo de investimento anual nas redes. Já seria uma saída.

E o contrato de concessão. Eu quero dizer aqui, vou falar de um fato que está acontecendo com a gente. No edital de privatização e no contrato de concessão da Enel, isso já é matéria que eu pedi para a Aneel cobrar a posição da Enel, que é matéria, inclusive, de cassação da concessão.

Eu mandei um ofício para lá, dizendo, no edital de privatização e no contrato de concessão está escrito. Eu coloco a cópia aqui depois, das duas cartas que a gente encaminhou para a Arsesp e para a Aneel. Eu vou ler rapidamente a resposta deles, para vocês verem como é difícil a vida nossa.

Então a Arsesp, eu já vou colocar aqui, ela está correta. A resposta da Arsesp foi que ela tem um convênio com a Aneel e ela não é o órgão detentor da concessão. Então ela já me respondeu que não é com ela. Ok. Mas a parte de fiscalizar as cruzetas, ela recebe recursos para fazer isso. (Voz fora do microfone.)

É, mas tinha que fiscalizar. Vinte e quatro é pouco mas, se sair para campo rodando, escolher as concessionárias, e pegar amostragem, eu vou pegar um circuito e eu vou correr. Todo circuito tem defeito. Eu afirmo aqui: todo circuito tem defeito. Então, se a fiscalização for a campo, já dá um aperto.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

A Arsesp correu. A Aneel, o que ela me respondeu? Eu vou falar qual é a matéria. No nosso contrato, da Enel, de concessão, previa aquela coisa referente aos nossos aposentados. Previa que tinha que manter um plano de aposentadoria nosso, que a gente tinha, anterior a 98. A manutenção do plano. A Enel tomou a decisão de retirar o patrocínio.

Mas está, na carta de concessão, que tem que manter o plano. Ela pode até escolher outro plano, mas ela tem que manter o plano. E não, retirar o patrocínio. Nós estamos numa guerra com ela. Baseado nisso, jurídica e administrativa, eu mandei para a Arsesp, ela falou que não é com ela, e eu mandei para a Aneel. O que a Aneel nos respondeu aqui?

Encaminhamos cópia da carta, que o sindicato encaminhou, com o edital, com a concessão. Vou deixar para os deputados depois poderem ver. Grifando o que está no edital e o que está na concessão da empresa, afirmando que tem que manter o plano de Previdência complementar dos funcionários. Que não é um presente, os funcionários pagam. A patrocinadora ajuda com parte do recurso, isso é um benefício. Mas os trabalhadores botam dinheiro nisso. A resposta deles:

“Encaminhamos cópia da carta do dia 25 de abril, em que o Sindicato dos Eletricitários de São Paulo solicita que a Aneel tome as medidas cabíveis para garantir o cumprimento do edital de privatização da Eletropaulo, por sua atual controladora, a Enel, no que se refere a patrocínio dos planos de Previdência. Por não se tratar de matéria afeta à regulação do setor elétrico..” Está numa concessão, e ela fala que não afeta. “...solicita a avaliação e o tratamento direto com o sindicato.”

Essa é a que eles encaminharam para a Enel vir falar com a gente. Em vez de eles tomarem uma posição e falarem “está no contrato de concessão, corrija”, falou para a Enel vir conversar com a gente. Está aqui a resposta, vou deixar com o deputado. É descumprimento da concessão, tá, gente! Eu só queria que a Aneel puxasse a orelha da Enel e falasse “pare com esse negócio de retirar o patrocínio”. Só isso. Vou voltar aqui, que é para a gente concluir já, deputado.

Então, a questão do contrato de concessão, que a Aneel e a Arsesp têm que cuidar, a Arsesp, de uma parte só, mas a Aneel, do contrato. Porque ela é quem assinou o contrato, a Aneel, que assinou o contrato de concessão, lá na privatização, em 98. A Aneel, com procuração do Ministério de Minas e Energia, que assinou o contrato de concessão.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então ela é a responsável por aquele contrato, lava as mãos em alguns momentos, e não faz o papel dela. E aí a gente vive, aqui embaixo, o impacto dessa omissão.

Coloquei um quadro aqui, qualidade versus lucro. Essa forma que está sendo feito o investimento na rede, que eu coloquei que está sendo seletivo, ela cria um problema de confiabilidade no sistema. O setor elétrico carece de confiabilidade. Essa palavra, para qualquer engenheiro, para qualquer técnico, é fundamental. Você tem uma rede.

Essa rede é confiável? Eu garanto que todo mundo vai ficar ligado? Não. Da forma que está sendo tratado, não garante. Então a gente tem um problema de confiabilidade. Por isso que está acontecendo esse clamor público, que possivelmente gerou essa CPI. Não está tendo confiabilidade.

O porquê tem muito a ver com a regulação, e a forma que cada concessionária lida com a regra do jogo, que aí tem que dar um puxão de orelha. Investimento seletivo, já falei aqui, que é essa questão de colocar seccionalizadores na rede para mitigar o problema, e atender, no final das contas, o DEC e o FEC, que não resolve nada.

Perda de know-how, esse é um problema grave. Você reduz o salário do trabalhador, porque você visa lucro. Na hora que você reduz o salário do trabalhador, você não consegue captar profissionais top de mercado. Começam a vir pessoas menos qualificadas para a própria empresa.

Isso é um problema, quando você reduz demais a faixa salarial. E PDI, PIA, não sei o quê, vai saindo o know-how e não volta mais, se não tiver uma atração com bons salários, com bons planos de Previdência. O nosso plano de Previdência foi criado lá atrás para atrair os melhores profissionais do mercado para a empresa.

Então foi criada uma alternativa que o cara aposentaria com o salário do INSS, e teria um complemento que daria o salário dele. E agora a empresa fala “vou tirar o patrocínio”. Ou seja, quem vai trabalhar na empresa, se não tiver um chamariz, um salário bom, um benefício bom? Então a gente está perdendo know-how no setor.

É um problema. O setor está sendo negligenciado pelas autoridades que deveriam estar cuidando do sistema. Redução abrupta do quadro de pessoal. Mostrei aqui, e isso é genérico no País, da redução de quadro, com raríssimas exceções. Raríssimas!

Terceirização desenfreada. É outro problema. Então, nessa qualidade lucro, nós estamos tendo um problema sério. Porque, ao auferir lucro, a empresa tem que tirar de

algum lugar. Se ela não pode tirar daquele, tira de acolá, e vai fragilizando e precarizando alguns pontos do sistema, do trabalho no setor elétrico.

Vamos para o próximo. Eu vou fazer algumas propostas, deputado, até para finalizar, que já me alonguei demais. O que a gente precisa? Uma fiscalização efetiva. O que é fiscalização efetiva? Mesmo que seja feita por amostragem. Faz um sorteio do circuito, e vamos correr o circuito. Você vai ver os problemas, e aí a empresa tem que ser penalizada por isso. Não é mostrar um DEC e FEC em ordem.

Mas, se o circuito tiver problemas, deveria ter muitas pontuais. Uma cruzeta de 45 anos, 50 anos na rede, um poste de 1950. Todo poste tem uma plaquinha que fala o ano de fabricação dele. Se vocês forem no Centro da cidade, na região do Brás, aqueles postes que têm um cocuruto, que chamo de cocuruto, que é chapeuzinho em cima, é tudo poste de 1950, 1960. Está lá ainda. Já depreciou tudo o que tinha de depreciar.

Aí não é culpa da Enel. Estou falando de 1950. Passou Light, passou Eletropaulo, passou AES, está a Enel aí. (Voz fora do microfone.) É, ela assumiu o risco do negócio. Mas está lá o problema. E a população está sofrendo com esse risco de um poste de mais de 50 anos lá. (Voz fora do microfone.) Os de madeira a maioria, na nossa área aqui, foi retirada. Só ainda tem lá na... (Voz fora do microfone.) Multa...

Uma outra sugestão importante para ser colocada aqui: fala-se muito de DEC e FEC. Hoje nós contamos com inteligência artificial, sistemas de gestão, ERP em todas as empresas, em todos os segmentos, em todo local. Lá no sindicato eu tenho um ERP que controla tudo, a inteligência artificial está no mercado. Qual a dificuldade dos órgãos reguladores de, em vez de ficar falando de DEC e FEC, pegar o DIC e o FIC, que são a duração de interrupção por cliente e a frequência de interrupção por cliente, por cliente.

Está lá no sistema o circuito primário que alimenta a rede, o transformador que alimenta aquele circuito secundário, onde as casas estão ligadas, em qual poste e em qual medidor. Quando desliga um transformador, o sistema sabe exatamente as casas que ficaram desligadas. Quando desliga um disjuntor de subestação, o sistema sabe todas as casas que ficaram desligadas.

Com tudo isso que existe de tecnologia hoje, por que automaticamente não é gerada uma multa em favor ou um desconto de fatura em favor dos clientes que ficaram desligados? Isso seria uma solução - já que a gente está tratando do setor privado - imediata para não ter seletividade de desligamento. O rico e o pobre iriam ter o mesmo

tratamento no atendimento ao público se fosse penalizado onde tivesse desligado, individualmente o cliente.

Agora isso não é automático. O DEC e o FEC ficam medindo, e o DIC fica, e ninguém fala. Então fica aqui a dica, uma proposta de ser discutido e debatido lá na concessão. Se a empresa entender que com o DIC e o FIC o negócio não para de pé, o órgão regulador tem que achar uma saída para isso. Eu acho que o que a gente não pode é ficar tapando o sol com a peneira e criando regras que não dão segurança e confiabilidade para a população, né?

Eu acho que segurança em primeiro lugar. Se partir um cabo e ali tiver uma criança passando, está morta. Se cair em cima de um carro, de um transeunte, está morto. Então muito cuidado a gente tem que ter com o que acontece no dia a dia.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Posso fazer uma pergunta?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Pois não.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Os dados que são enviados para a agência reguladora passam pelo sindicato?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Não. Hoje tem um negócio que se chama Lei Geral de Proteção de Dados, aquelas coisas todas. Tudo o que o sindicato procura das empresas - não é só a Enel, de todas as empresas - a gente tem uma barreira de entrega de documentos, dados confidenciais, essas histórias. A gente tem muita dificuldade.

O sindicato, como... Nós fazemos parte do sindicato. Eu gosto da Eletropaulo. Eu entrei lá com 14 anos de idade, no Senai, menor aprendiz. Minha carreira toda - eu estou com 36 anos na Eletropaulo - eu trabalhei na rede como eletricitista, cavei buraco, levantei poste, puxei fio, fiz tudo isso. Fui para a área técnica, briguei na época das (Inaudível.) por causa das demissões que ocorreram e tudo foi acabar no sindicato, por causa da minha atuação política.

Então estou no sindicato, mas eu gosto da atividade, eu gosto do setor elétrico. Eu sei da importância do setor elétrico. Agora, qual é o mal que a gente sofre no setor elétrico, deputado? Se a gente parar todo mundo hoje, se eu falar que eu vou fazer uma

Divisão de Registro de Pronunciamentos

greve, vai ficar tudo ligado, porque o sistema está ligado. Aí começa a pipocar aos pouquinhos, mas pouca gente vai ver que faltou luz.

O setor carece de manutenção permanente, de gente trabalhando o tempo todo lá para manter a coisa em ordem. Então a gente sofre disso, a gente não é visto, o eletricitário não é visto. A pessoa só lembra da gente quando falta luz, mas a gente é considerado essencial, né? Essencial entre aspas. A gente está sofrendo muito também. Os trabalhadores, os profissionais estão sofrendo muito, porque não são reconhecidos pela sociedade.

Se fosse a agência reconhecer, se os órgãos reconhecessem, a gente pressionaria para ter quadro mínimo, que é um ponto em que estou batendo... Agora em janeiro, se não tiver uma discussão de quadro mínimo - estou adiantando aqui -, nós vamos chamar uma greve nas empresas se não tiver a definição do quadro mínimo, porque está insustentável da forma que está. Aí vamos ver que bicho que vai dar... Estou já até antecipando, porque a gente está estrangulado, não dá para continuar do jeito que está.

Então, a questão do quadro, não sei se respondi, deputado. Se quiser um complemento... A garantia do quadro técnico próprio - pode ter terceirizado, como sempre teve, mas tem que ficar muito claro o que o terceirizado vai fazer e o que o próprio vai fazer, de quem é a responsabilidade do quê. Não dá para ficar transferindo responsabilidade.

“Ah, deu um problema, corta o contrato de uma terceirizada, que eu acabei não dando transformador para ela ligar, trocar o cabo para ligar a fotovoltaica”, que o deputado Sebastião falou. E aí fica aquela coisa: “Ah, então caça o contrato, multa a empreiteira”. “Mas eu não recebi o cabo”. Os caras ligam lá pra gente: “Vou ter que mandar embora os caras aqui porque eu estou tomando uma multa de um milhão da empresa”.

Eu escuto isso todo dia. Eu falo: “Mas eu não estou aqui para gerir empresa, estou aqui para cuidar do interesse dos trabalhadores. Se você não pagar o trabalhador, eu vou aí”. Aí a gente fica no meio de um fogo cruzado. Vou falar a verdade, está difícil a vida nossa nesse sentido. (Voz fora do microfone.) É, nesse sentido aí.

Outro ponto aqui que eu queria colocar: revisão tarifária mais coerente com a realidade da empresa e anualmente. Já falei aqui: eu entendo que a revisão tarifária, apesar do trabalho que daria para a Aneel fazer isso, porque é isso que eles alegam, dá muito trabalho anualmente. Eles fazem de quatro em quatro anos porque eles vão modulando todas as empresas no Brasil para fazer isso. Anualmente seria muito melhor

para os investimentos ocorrerem anualmente nas redes também, isso melhoraria de forma absurda a qualidade na rede.

E mudança de parâmetros de reconhecimento dos investimentos realizados, isso é outro ponto muito importante. É aquela história: “trocar cruzeta eu não considero como investimento, só se trocar o poste junto”. Gente, às vezes o poste está novinho ali e a cruzeta está podre.

Deveria ter pelo menos uma proporcionalidade, considerar depreciação, o tempo que está ali, para ter, vamos colocar aqui, a cenourinha, alguma coisa para que esse setor privado tenha interesse de trocar isso, senão nós vamos fazer todas as discussões aqui, eles vão justificar que estão cumprindo a concessão - e de fato, nesse aspecto, o DEC/FEC está lá, está posto -, e a gente não vai ter uma melhoria efetiva da qualidade para quem a gente quer atender, que é a ponta lá.

Então a gente precisa mudar os parâmetros. Está muito ruim a... Vamos colocar assim: o órgão regulador, quando previu lá em 98 o que aconteceria, previu mal, mas agora ele já viu o que acontece. Eu acho que está na hora de... Eu acho que esta CPI tem um papel muito importante nesse sentido, chegar lá no órgão regulador e falar: “Vocês estão vendo o que está acontecendo? Tem que arrumar isso, arrumar isso, arrumar isso; essa sugestão tem que ser acatada”.

A gente está vivendo na carne o que está acontecendo. Agora, não é engenheiro... Nós não estamos pensando no que vai acontecer, não estamos planejando, nós estamos vendo o que aconteceu. Se não quer botar de novo para dentro do estado, quer continuar privado, então regula melhor. Isso é um ponto fundamental.

Então quero encerrar minha fala aqui e abrir para perguntas. Obrigado, gente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Bom, primeiro agradecer, Chicão. Muito obrigada por ter vindo. Foi bastante importante a sua explanação. Eu tenho algumas perguntas. O sindicato possui algum registro de ocorrências relativas a falhas, faltas ou interrupções de fornecimento de energia elétrica por parte da Enel ou um ranking das principais ocorrências registradas nos últimos cinco anos?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Não. É aquilo que eu já havia comentado durante a explanação. A gente não tem acesso a essas informações, e as pessoas que têm acesso, que são eleitas pelos trabalhadores para ter esse acesso, não podem passar por contrato de confidencialidade, que são os

eleitos do Conselho de Administração que têm acesso a algumas informações privilegiadas. Eles não podem apresentar para o sindicato.

Então a gente sabe o que está acontecendo porque os trabalhadores, no dia a dia, nos procuram e falam: “Está insustentável, está acontecendo isso, estamos com problema aqui e acolá”, mas não temos oficialmente nenhuma informação desse aspecto.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Com base nas questões de falta de equipamentos que os técnicos relatam, o Sindicato tem um registro ou sabe dizer como a empresa Enel realiza o processo de aquisição desses equipamentos da manutenção ou, produtos utilizados, se eles atendem um padrão exigido, ou se já apurou alguma defasagem nesses equipamentos?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Olha, no aspecto de compras, a empresa tem um departamento. A gente não tem acesso às informações, mas eu posso lhe dizer como funciona. Tem o departamento de compras e de contratação de serviços. Segue todas as normas da ABNT, as normas técnicas são seguidas.

Agora, o que vem ocorrendo, que eu falei aqui relativo a equipamentos e material: a falta de equipamentos e material para fazer a atividade. Os trabalhadores vêm questionando e cobrando o sindicato nesse sentido. Em alguns momentos chegou a faltar EPI e EPC. O que a empresa alega? Existe, dentro do regramento, o stop work, que eles chamam agora desses nomes americanizados. A parada do trabalho.

Então se o trabalhador, em algum momento, sofrer com isso, ele tem a legitimidade de parar o trabalho, de ele não executar, ele parar. Ele não sai para a rua para fazer o serviço. Só que essa falta de equipamento e a parada dele está afetando a ponta, que é a execução do serviço. Então a população sofre com isso.

Então, no afã de, muitas vezes, regular fluxo de caixa ou escolher melhor um fornecedor ou outro, alguma coisa nesse sentido, acaba atrasando compras e prejudicando a atenção ao público. Não tem mais o estoque. No passado, a gente tinha estoque de transformador trifásico, monofásico... Não tem.

O que eu escuto hoje nas empreiteiras é que está faltando até transformador, que é o básico para colocar lá, para tirar o 13.000 e colocar o 220 para mandar para as casas.

Em alguns momentos falta o parafuso para pendurar o medidor. Em alguns momentos falta o (Inaudível.)

Esses medidores que estão falando que vão tirar o emprego do leiturista, que nós estamos com um processo de reintegração dos leituristas agora. Por que, deputada? Porque a empresa fez uma carta de intenção, dizendo que iria acabar a atividade, por conta do medidor eletrônico.

O que está na legislação? Ela pode fazer demissão em massa se acabar a atividade. Então ela fez um PDV. O Sindicato não assinou o PDV, porque senão daria quitação aos contratos de trabalho. Mas fez um termo de intenção que a empresa falou: “ok, eu vou chamar os trabalhadores e vou explicar o que está acontecendo”.

Explicamos aos trabalhadores que, em dois anos, a empresa queria acabar com a atividade. Só que a empresa não cumpriu. Em dois anos ela não entregou os medidores instalados, então nós estamos pedindo reintegração.

Ou seja, não tinha os medidores suficientes para cumprir o que foi tratado com a gente de, em dois anos, ter todos os medidores instalados, eletrônico, ou, pelo menos, uma boa parte deles. Então o ritmo de contratação de serviços e materiais também impacta na ponta, para o trabalho efetivo da empresa.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quanto à tecnologia dos equipamentos utilizados pela Enel, o sindicato tem alguma comparação com os equipamentos adquiridos por outras empresas do setor? São equivalentes? São os mesmos ou eles estão fora de parâmetro do restante, alguma coisa assim diferente?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Via de regra, é o mesmo das outras empresas. Não muda. O nível de qualidade, de excelência, é o mesmo.

O que a gente percebe é... Vou dar um exemplo aqui. Andando na rua você vai perceber isso, deputada. Transformador e metais na rede elétrica são zincados a fogo. Ou seja, todo material ferroso é mergulhado dentro de um produto, com eletricidade, para galvanizar. É galvanizado a fogo, e aquilo ali não deve ter ferrugem na rede.

Quando você anda na rua, que você vê vermelho no poste, transformador com ferrugem e estruturas metálicas com ferrugem, via de regra já está saturado aquele ponto. Já passou de todo limite de tempo que poderia estar aquele equipamento ali.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então assim, tem equipamento obsoleto na rede, que já saturou todo seu tempo de vida, que não foi substituído porque está funcionando.

Como eu disse, eletricidade é isso. Você instalou, fica funcionando. Que careceria de uma manutenção preventiva. Mas, assim, para responder à pergunta, a qualidade dos equipamentos são os mesmos em todas as empresas a nível nacional, não tem distinção.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quanto à questão da fatura...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Ah, desculpa, deixa só eu colocar, com exceção... Na hora que você fala de equipamentos de proteção, via de regra, as terceirizadas compram equipamentos de menor qualidade, mas que atendem às normas técnicas também. As concessionárias compram equipamentos de linhas melhores de qualidade do que as terceirizadas.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Dos EPIs.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Dos EPIs e EPCs.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quanto à questão de fatura. Não sei se você tem acesso também, porque como existe o leiturista, e faz a medição. O sindicato acha que os critérios de transparência, os requisitos de transparência e clareza de informações para os consumidores, estão adequados?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Olha, o meu entendimento pessoal. O DIC e o FIC, aquilo que eu falei, deveriam estar na conta de luz. Não estão. Mas deveriam estar na conta de luz, calculados mensalmente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quando você abre o aplicativo da Enel, você abre o aplicativo, tem o DEC e o FEC.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não lembro exatamente em qual lugar aqui, mas qualquer coisa eu entro. É curioso que a gente percebe que, quando a gente abre, então mostra lá, mensalmente, o número de horas que ficou sem a energia elétrica e o número de dias. Só que eles não são compatíveis com o que nós estamos vendo.

Então vamos lá. No meu caso, aqui, ele me mostra que teve, acho que foram sete horas de falta de energia elétrica durante o mês de agosto, acho que foi agosto, e três dias. E, na verdade, não é o que acontece. Eu sei o que aconteceu lá dentro da minha casa.

Isso se dá porque eles estão me mostrando um DEC e FEC e não um DIC e FIC, e na verdade aqui deveria, por ser diretamente do meu equipamento, que na verdade estou entrando na minha conta na minha residência, aqui não deveriam estar o DIC e o FIC, então?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - O DIC e o FIC, hoje, não estão calculados individualmente para cada um. É isso que eu estou dizendo. Hoje em dia existe inteligência artificial, existem sistemas que poderiam fazer isso. Mas não é uma exigência, não é feito. Por isso que eu estou dizendo que a concessão deveria ser melhor elaborada.

E aí, é aquilo que eu falo, isso possivelmente geraria um impacto financeiro dentro da empresa que pode ser que não pararia de pé o negócio. Eu não tenho certeza disso que eu estou falando. Estou fazendo uma hipótese aqui, pode ser. E talvez o órgão regulador teria que revisar essa questão de como ser feito, como resolver esse problema.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Cobrar mais caro ainda, a energia, no caso.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Não, pode ser que eles cheguem a essa conclusão, lamentavelmente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Que já é bastante caro, mas se o lucro líquido dessa empresa foi de dois bilhões, no ano passado, será que não está sobrando muito?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Esse é o ponto. A regulação permite esses movimentos que estão sendo feitos. Por isso que eu estou dizendo, eu acho que o “quê” da questão é mexer na regulação para melhorar o equilíbrio dessas coisas.

Agora você falou da medição, vou colocar aqui. No passado, vamos falar que você fizesse uma queixa, deputada, para a Aneel, referente à sua falta de energia. Lá na subestação tem um medidor que demonstra quando desliga e liga o disjuntor da subestação. É possível ser medido e isso é possível ser verificado.

Quando você coloca um religador automático, uma base fusível que secciona o circuito, isso é verificado também, mas não é mais lá no medidor, na subestação. Isso é verificado pela ocorrência. Aí a ocorrência é toda tratada dentro das empresas. É encaminhada uma equipe, e a equipe, na hora que ela termina a ocorrência, ela fala: “Terminei a ocorrência”. Via de regra, tem relatórios, os trabalhadores fazem corretamente.

Então, o trabalhador termina o relatório e entrega o horário que ele ligou efetivamente aquele trecho que estava desligado. E é baseado nesses relatórios que são definidos esses cálculos do DEC e FEC. O DIC e FIC, hoje, já é possível, com um medidor eletrônico você identificar na sua casa o tempo que ficou ligado e desligado, com o smartgrid.

Essa tecnologia que está chegando não vai ser de todo ruim. Ela vai identificar o tempo de desligamento, o tempo que você ficou ligado e o tempo que ficou desligado automaticamente. Você vai conseguir enxergar isso. Vai ficar registrado na massa de memória do seu medidor.

A SRA . CARLA MORANDO - PSDB - No meu relógio?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Mas ainda não está funcional. Vai levar algum tempo, pra isso ficar funcional, mas a empresa tem isso no sistema dela.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputada, já deu os seus dez minutos, vamos passar a palavra para o para os outros deputados. Isso, depois a gente volta. Deputado Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só primeiro saudar o Eduardo pela exposição. É importante ouvir também sempre o lado dos trabalhadores. É tão importante essa fala hoje aqui, olhando de 88 para cá, depois da privatização, e quem sabe o governador repense a questão da Sabesp. Não é? Então, é importante, é uma referência agora, dados depois de um tempo. Porque é necessário rever não só a privatização da energia, mas que não seja feita também a privatização da água.

Eu queria fazer aqui algumas perguntas, até com base nas suas colocações. Algumas você até já respondeu, Eduardo, mas eu queria, até para ficar registrado. A Arsesp cumpre adequadamente o seu papel de fiscalização?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - No meu entendimento, não.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Por quê?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Na verdade, assim, fiscaliza dentro do que tem ali, do que está habilitado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Mas aí a pergunta. Por quê? E o que precisa ser feito para o cumprimento da sua responsabilidade?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - A ampliação do número de fiscais e melhoria de metodologia de fiscalização.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Assim, você já tinha respondido, mas quero que fique registrado aqui na CPI.

Se a Enel fizer um plano... Aí vou entrar na questão do investimento. Então, quando você compara o que ela considera como investimento, e o que considera para fazer a questão da (Inaudível.) tarifária. Então, se a Enel fizer um plano para substituição da sua infraestrutura, da totalidade de postes, cabos, cruzetas, para fazer a

modernização da rede como um todo, isso não entraria como investimento, como ficou com a questão do Capex?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Deputado Marcolino, não. É aquilo que eu coloquei. Tem que ser feita a troca, inclusive, do poste. Vamos lá. Tem momentos que o poste é novo. E aí, vamos colocar, é otimização de recurso. Não há por que, tecnicamente, você substituir aquele poste. Teria que substituir somente a cruzeta.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, eu estou pegando a sua fala, no momento quando a empresa ainda era pública.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Tá ok. Quando era pública não se olhava essa questão de Capex e Opex. A conta de luz subia baseado no IPCA, e a empresa, ela frisava somente a manutenção.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Não, eu quero dizer... Porque, assim, quando você fazia, inclusive, o levantamento da rede, o senhor olhava tudo o que tinha de problema na rede, e quando fazia o processo, parava meio-dia, e resolvia integralmente todo o problema que tinha.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Isso.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Eu estou fazendo uma pergunta assim, eu não vou ficar trocando pontualmente alguma coisa. Fiz um levantamento, olhei que dentro daquela estrutura tem vários problemas a serem resolvidos. Na hora que eu faço esse conjunto dessa ação, isso não é investimento?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Ah, tá. Deixa eu explicar. No projeto, quando o técnico executa o projeto, ele tem contas, que ele tem que lançar o projeto. Então essa é a parte que a Aneel às vezes atrapalha.

Então, vamos lá. Na rua “X” trocou o poste e a cruzeta. Ele vai lançar na conta de investimento. Na rua “Y”, ele trocou só a cruzeta. Ele vai lançar na conta de Opex,

Divisão de Registro de Pronunciamentos

de operação. Então, o técnico vai fazendo os lançamentos do que ele estava executando na rua.

Ah, ele detectou que tinha uma sobrecarga em um circuito, e teve que fazer uma adequação de cabo. Ele calcula a proporcionalidade, de quanto que ele aumentou o cabo, essa proporcionalidade entra como investimento. Aí parte entra no investimento e parte, que já existia, entra na operação.

É bastante complexo, porque o que o técnico faz ali nos lançamentos da execução da atividade, isso depois é contabilizado na área contábil da empresa, para poder chegar na discussão regulatória.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Eu só coloquei isso porque acho que ajudaria, inclusive, a pensar essa questão de investimento, fazer a adesão necessária.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO
Agora, me permita. Se a Aneel desse uma flexionada mínima, ela incentivaria essa manutenção em massa.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Aí uma outra pergunta. Eu acho que para a gente é importante. Vamos imaginar. Quando fala que a estrutura tarifária está vinculada também à questão do investimento. Vou fazer um exemplo olhando São Paulo, nem vou olhar as demais cidades. Se você pegar o Centro Expandido, hoje talvez seja a maior parte, neste momento, do investimento da Enel. Pegando a Capital, não estou pegando as outras cidades.

Mas, vamos imaginando. Peguei aqui todo o Centro Expandido. Então, a maior parte do investimento vai estar no Centro Expandido, pegando a Capital. Quando eu ajusto a tarifa, toda a cidade está pagando a tarifa de acordo com esse investimento no Centro Expandido? Vamos imaginar, pega lá o pessoal de Cidade Tiradentes, o pessoal de Parelheiros...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A tarifa é uma só.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Eu sei. Então, estou falando, o investimento está sendo feito onde? No Centro Expandido. Só que, na hora que eu pago

a tarifa, a cidade inteira está pagando a tarifa. É essa referência que se estrutura para o pagamento das pessoas?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Aí, Marcolino, vamos pensar na empresa como um todo. No momento que expandiu... Vamos pensar, Cidade Tiradentes não existia. Na hora que criou a Cidade Tiradentes, a população pagou a conta. O Centro pagou a conta da extensão. Na hora de fazer o serviço aqui de adequação, a Cidade Tiradentes vai estar pagando adequação daqui.

Ao longo do tempo, vai requerer investimento na Cidade Tiradentes de novo. Aí o Centro vai pagar. É meio que mutualista isso daí. Então, hoje, vamos dizer assim, como está concentrado investimento demais na área central, possivelmente as áreas mais periféricas, que lamentavelmente são onde vivem as pessoas mais pobres, estão pagando a conta. Isso pode ocorrer, sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, eu estou falando isso, Eduardo, porque, assim, inclusive, esta CPI, ela acabou acontecendo. Era uma das propostas. Até falei com o Auricchio um tempo atrás. A gente queria fazer uma CPI aqui muito mais... Nem pela estrutura, mas para pagamento de contas, e nós percebemos que boa parte, hoje, do pessoal que mora fora do Centro Expandido às vezes paga tarifa, mais, inclusive de quem mora no Centro Expandido.

Isso não é só uma observação. Isso nós já constatamos na prática, que têm pessoas com uma estrutura menor, nas periferias, que pagam uma conta maior do que a população que mora no Centro Expandido. Então depois nós vamos detalhar um pouco mais sobre isso. Quero, inclusive, trazer dados concretos, para mostrar que, hoje - você está mostrando aqui, de fato, e vai comprovando aquilo que eu dizia - quem está nas periferias está pagando a conta de quem mora e está estruturado no Centro Expandido.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Me permita, deputado. É até um aspecto que, na área de concessão, em uma nova concessão, isso poderia ser melhorado. Eu não gostei muito desse medidor eletrônico, porque tirou 1.200 empregos.

Mas, vamos lá, está em curso essa discussão. Vamos dizer que estão todos os medidores eletrônicos instalados. A Aneel poderia criar uma tarifa. Você tem lá a tarifa “A”, “B”, “C”, vários níveis tarifários, tarifa azul, tarifa verde. Podia criar uma tarifa,

para o consumidor final, que ele escolhesse um horário que ele tivesse usando energia ali fora de pico, pagar mais barato a energia.

Isso não existe hoje, mas com o advento do medidor eletrônico, estou dando uma deixa aqui... Se flexionasse a Aneel nesse aspecto, a criação de uma tarifa, não é uma tarifa social que eu estou falando aqui, eu estou falando de...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Tarifa judicial.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
...trabalhador poder falar assim: olha, eu trabalho à noite e fico durante o dia em casa, você pensar em um vigia, um vigilante, poxa se eu tenho a opção de escolher uma tarifa no horário fora de pico, que fique mais barato a minha conta de luz, por que não? Isso não existe hoje.

Então seria um ponto, até para a gente trabalhar para melhorar a vida do cidadão. Se a empresa de parafuso, de plástico, pode escolher o horário de funcionamento da sua fábrica e pagar mais barato a energia do que o cidadão comum, por que que o cidadão, com o advento do medidor eletrônico, também não pode ter uma tarifa...? Então acho que esse trabalho dá pra ser feito nesse sentido.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, só para ir concluindo, a questão dos trabalhadores hoje, no cálculo tarifário, ele entra como investimento?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Não, e aí é uma briga nossa também. Uma das falas nossa, na época até com Nelson Rubens eu estive falando isso, para você ver que faz tempo, cheguei lá e falei para ele: “poxa vida, se você assumisse que essa Previdência, que está dando problema aqui, pudesse entrar na tarifa, na tarifa ia dar centavos, mas você ia garantir um profissional de extrema qualidade atendendo o público”. A Aneel não flexionou na época e não flexiona até hoje, e não aceitou colocar o custo de pessoal na tarifa.

Se aceitasse colocar, não precisa pôr tudo, não, coloca só a “cerejinha do bolo”, sabe? O que atrai profissionais de qualidade. Isso seria um grande incentivo para a gente ter uma rede de melhor qualidade, não tenho dúvida.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Aí uma outra pergunta, quando olha a questão da energia no Brasil, comparado com o resto mundo, a maioria dos demais países têm um modelo brasileiro ou a maioria têm um modelo mais estatal?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Desculpa, a pergunta é...?

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Assim, quando você compara, o que é que nós estamos percebendo: em muitos países...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Estão voltando atrás...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - ...Que fizeram o processo de concessão, estão voltando atrás.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Quando compara o Brasil com o resto do mundo, como é que está essa relação?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Aqui, como eu disse, 98 tomou a decisão de privatizar de ponta a ponta. As geradoras agora, com a privatização da Eletrobras aí, foi uma bagunça. Eu vou falar a verdade, nós vamos ter mais apagão com a Eletrobras. Eu estou afirmando aqui. Nós vamos ter mais apagões com a Eletrobras aí, porque a coisa vai ficar ruim.

O Brasil tomou a decisão de privatizar tudo, deputado Marcolino, outros países estão voltando atrás nisso. Lá nos Estados Unidos, as Forças Armadas ficam cuidando das usinas lá, lá é um híbrido, lá não é privado 100%, não. O governo põe a mão forte em cima disso daí, porque sabe que se faltar energia, o peso político disso é forte, o desenvolvimento cai.

A gente não consegue ter desenvolvimento sem energia e aí eu quero fazer um adendo: sem água também não. E uma coisa, viu Thiago, deputado Thiago, a

privatização da Sabesp que o deputado Marcolino colocou, vou só abrir uma parte aqui que não é mérito aqui, mas sem energia a gente até põe uma vela lá e se vira, mas sem água e uma água de qualidade, bem tratada, que a nossa é de qualidade e bem tratada, da Sabesp, me preocupa.

Imagina uma situação da cruzeta podre, caindo e tudo, se fosse uma água maltratada, com coliformes fecais, com alguma coisa nesse sentido? Deus que me livre.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Eu já penso na questão da manutenção.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - É,
eu estou colocando até para...

Agora, em relação ao mundo, eu acho que o mundo está voltando atrás nessa questão do setor elétrico e do saneamento também porque percebeu os problemas da privatização, mas nós ainda estamos meio que engatinhando nesse sentido. Estamos sofrendo os impactos ainda, então acho que a gente tem que tomar uma decisão, deputado Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Está ótimo.

Até para devolver para a deputada Carla Morando, se você puder também dar um quadro de acidentes de trabalho que tenham ocorrido nesse último período, pós-privatização, se tem, mas na questão da Enel, tem aumentado o número de acidentes de trabalho? Daí depois, só uma sugestão também em relação à questão da Previdência.

Está acontecendo a mesma coisa em relação do pessoal do Banespa com o Santander. Estão sendo feitas algumas sugestões em relação à Previc, depois talvez a gente pudesse fazer alguma ação conjunta, porque o modelo que a Enel está tentando fazer aqui é o mesmo que o Santander está tentando fazer também com os funcionários do Banespa.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -
Sim, sim.

Eu estive com o ministro Lupe falando sobre assunto, inclusive o pessoal do Banespa estava lá também, mas podemos conversar.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Bom, obrigado pela sua vinda aqui, Eduardo, e você deve ter trabalhado junto comigo na Eletropaulo, então você deve me conhecer, porque eu fazia todo o treinamento da Cipa no ABC inteirinho. E meu sogro era o cara responsável pela área de atendimento emergencial ali na região de Santo André, Mauá, Diadema, a região aqui de São Bernardo.

Quando a gente começa essa discussão e você fala das dificuldades que nós vamos enfrentar, e aqui o deputado levantou a questão lá da pessoa com a menor condição financeira, aí entra a parte social da empresa no off-grid. Por que é que as comunidades não têm o off-grid? Se o gasto deles não chega a 100 KW?

Para você colocar uma bateria dentro de um barraco, não tem dificuldade nenhuma, e o custo seria o quê? Zero. Esse cara não estaria buscando da rede, ele não estaria fazendo “gato”.

Você deve ter muito o que eu recebia ordem para fazer. Chagava ali em Mauá, favela do INSS, o cara, você subia no poste, você tomava um tiro. Então, você o deixava fazer o “gato”. Só que ele fazia o “gato”, dava curto, derrubava a base e aí você tinha os problemas. O que é que você fazia? Você colocava uma base com potencial maior e deixava, porque a hora que ele fosse conectar, ele era derrubado e a energia continuava, que hoje é o quê? O que está acontecendo: o cabo bateu em um galho de árvore, ele continua ligado.

Então foi um formato que se achou por falta de quê? Falta justamente de ter a troca dos equipamentos no momento certo e a concessão veio em uma discussão muito rápida, eu saí antes da concessão, veio em uma discussão muito rápida, mas não colocaram o seguinte: qual é o equipamento que estou lhe entregando?

Hoje, nenhuma concessionária quer ficar com a iluminação dos municípios. Por que é que ele não quer? Porque ele não trocar uma lâmpada de mercúrio, uma lâmpada de sódio, uma lâmpada que hoje é um lixo na rede, foi feita para guerra e hoje nós estamos tendo uma cidade inteira. Então, por que é que eu vou ficar com o lixo tendo que fazer manutenção, se eu não tenho como fazer manutenção? Por que eu vou ter que deslocar toda a equipe para trocar uma lâmpada?

São formatos ultrapassados. Você vai na Alemanha, você começa a conversar o que nós estamos conversando aqui, o cara sai, dá as costas para você e vai embora. Você vai na França, você vai na Inglaterra...

Quando a gente ouve falar sobre a questão da água de São Paulo ser... Bom, meu amigo, eu pago a energia. A energia é o maior custo que eu tenho na água, não é a água,

então eu tenho que tirar o quê? Qual é o meu problema? Meu problema é tirar a energia do meu custo de água, porque a água faz tratamento sozinha, não precisa de mão de obra lá, ela pode estar lá no meio do nada, ela consegue ser tratada, mas ela precisa ter energia lá. Então, o maior custo da água hoje não é a água chegando em casa, é a energia para ela chegar, então nós temos que fazer um outro pensamento.

Quando se fala na privatização da Sabesp, nós temos que pensar o seguinte: eu estou pagando o maior custo do meu um litro de água, de energia e não de água. Então calma aí. Tira a energia, você tem que... Vai haver uma concessão, então ótimo, você tem que tirar o custo da energia da água, eu quero comprar só a sua água. E isso é possível? Possível. Cada local você pode colocar energia fotovoltaica, você pode colocar bombas que geram energia dentro da própria rede.

Agora, por que é que não se faz esse investimento? Pelo mesmo que não se fez na Eletropaulo lá atrás, pelo mesmo que não se fez até agora. Por que é que a cruzeta de 50 anos está lá? Porque ninguém disse: “olha, seguinte, você vai pegar isso aqui, você vai ter que investir tanto para deixar a rede funcionando”, não. O cara pegou a concessão e “olha, o que está aí é lixo, cuida do lixo”, e é o que o pessoal está fazendo. E se nós dissermos “ah, vai mudar isso”, eu, se sou o cara da concessionária digo, “pega o que é seu e toca”.

E nós vivemos um apagão, porque se a concessionária não fizer hoje o precário, nós não teremos energia, pode ter a melhor de obra do mundo, nós não teremos energia porque o custo é muito alto. Entende? O custo é muito alto. Então, eu acho que o modelo é ultrapassado, as conversas, os debates estão em um momento ainda muito atrasado. Eu vejo aí as pessoas comigo, brigando: “poxa, mas vão tirar meu incentivo...”, o cara tem 80 anos, se tirar incentivo dele, ele vai ter saúde onde? Ele não vai ter.

Então nós precisamos realmente colocar o que você está trazendo aqui, Eduardo, isso não só aqui na Casa, mas em um debate geral. Um debate geral, porque você tem hoje os funcionários, você cuida aí de um grupo de funcionários que hoje estão extremamente cansados, estressados, sem condição de trabalho e sem condição de formar mão de obra.

Você sabe muito bem quantos anos um eletricitista de rede, para operar em uma rede viva, demora. No mínimo o cara vai trabalhar seis anos para ele poder, sozinho, subir lá em cima, fazer uma manutenção de rede viva, porque menos que isso ele é inseguro. A chance de ele ter aí um acidente é muito grande.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Nós não temos os seis anos para profissionalizar as pessoas, nós precisamos manter a rede ligada e nós precisamos fazer inovações. A tecnologia vai ajudar? Vai, mas ela não vai fazer o cabo estar lá em cima do poste, não vai fazer as conexões existirem, então nós precisamos pensar.

E eu acho que o viés dessa discussão, ele precisa começar a entrar em um outro pensamento, não só no pensamento “ah faltou energia, por que é que faltou energia?”, não. Nós precisamos eliminar a falta de energia. Como vai ser feito isso? Vão fazer usina fotovoltaica lá na ponta, ou aqui ou ali? Não sei, porque eu ainda bato na mesma tecla: se eu sou o presidente do Paraguai, eu tiraria a base lá da usina e deixaria o Brasil às escuras. Noventa e dois por cento, que nós somos hoje, estamos captando de energia ainda lá do Paraguai. Está bom, ele vende para o Paraguai, vende para a Colômbia, vende para a Venezuela, vende para a Argentina e nós aqui vamos ficar olhando a natureza.

Então, a questão, e aí é um dos motivos de eu sair da Eletropaulo, porque se eu estivesse na Eletropaulo, eu estaria aposentado como os meus amigos que aposentaram. Qual o salário? Três mil e duzentos reais. Se eu não desisto de lá e começo a debater um outro modelo de vida para mim, meu sogro aposentou, dois anos depois ele estava onde? No cemitério, porque o desgaste é muito grande.

Então, Sr. Presidente, eu deixo aí a indagação de nós começarmos a fazer realmente um debate para que essa ferramenta que nós temos na mão, nós possamos levar um debate para chegar até o governo, chegar ao governo federal também, que o setor elétrico faliu e que nós precisamos de investimentos do zero, para que a população tenha aquilo que ela está assinando como contrato que não recebe e não vai receber se continuar do jeito que está.

Obrigado.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Bom dia, presidente Thiago, também vou ser breve, deixar a nossa relatora concluir as perguntas, mas me chama bastante a atenção, e eu queria fazer uma pergunta ao senhor Eduardo, que mostrou muito conhecimento aqui e nos deixou, nos trouxe muitas informações.

A minha dúvida é, como era esse parque de distribuição elétrica antes da concessão? O deputado Sebastião Santos fez uma qualificação aqui, mas eu queria ouvir de você como era esse parque e qual é a realidade do parque hoje?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Deputado Eduardo, meu xará, apesar de que eu sou chamado de Chicão no dia a dia, com vocês me chamando de Eduardo, eu tenho até dificuldade de entender que é comigo.

Deputado, era um outro viés. Vou te dar um exemplo: eu sou oriundo de Monte Santo, fica ali na frente do Terminal A. E. Carvalho, na zona leste de São Paulo, é lá que eu trabalhava de eletricitista.

Então, você entrava no pátio, você tinha dez caminhões-baú de manutenção, tinha os caminhões munck, que colocava essas cruzetas, 100/200 cruzetas em cima, a broca que colocava o transformador, e saíam essas equipes para a rua, para fazer manutenção preventiva, extensão de rede, ampliação de circuito, e a gente trabalhava de sol a sol ampliando rede e melhorando rede, era o viés.

Privatizou: começou a tirar os caminhões-baú do pátio e colocar as tais das cestinhas aéreas de emergência, ou seja, o viés já começou a falar assim: “não é mais preventiva, agora é só o corretivo que a gente vai cuidar”, porque a cestinha, era tratado no passado, vocês vão lembrar, eram uns F4000, vermelhos com um bauzinho verde, com as escadinhas do lado assim, cheguei a trabalhar nisso também, na emergência, lá atrás. E as equipes subiam escada, não tinha cesta para subir, era muito mais difícil de trabalhar com escada do que com cesta, era muito mais perigoso, inclusive.

E aí, essas equipes, na mesma sessão que eu estou falando que tinha aquele monte de caminhão, tinha três caminhonetes dessa daí, para atender emergências, ou seja, apagar incêndio era pouca coisa, uma causa que soltou um cabinho aqui, um pipa que cortou um fio ali, um carro que bateu em um poste e tinha que trocar o poste, um transformador que queimou por desgaste.

Então, o viés da empresa era manutenção preventiva. Quando virou, começou já assim olha: se eu fizer o preventivo, é o Opex, não vai dar certo, então vamos ficar fazendo só o corretivo no Opex e jogar para a empreiteira a parte do Capex, para a gente... E mudou o viés.

O técnico saía para campo fazendo aquilo que eu falei, correndo o circuito, pegando todos os defeitos, ele não queria saber se é Opex, se é Capex, era arrumar. A gente queria ver a energia ligada. Sabe qual era a minha maior satisfação quando eu trabalhava na rua? Eu ganhava bolinho... Hoje os caras apanham na rua. Eu ganhava bolo, tomava café em todo lugar que eu ia, a maior satisfação era quando eu subia na

Divisão de Registro de Pronunciamentos

escada, pegava o bastão de manobra, batia a chave que acendia e aí tinha aquele “Ê!”, você escutava o bairro ecoar.

Aquilo, dá até arrepio de lembrar, aquilo era uma satisfação, não é? Hoje não é esse viés, você chega sendo xingado, o trabalhador chega sendo xingado, mesmo ligando a luz, ele continua sendo achincalhado porque a conta é isso e aquilo, e estou com problema... Não está legal. A gente era respeitado na rua. O trabalhador deixou de ser respeitado, esse estresse está muito grande, no ponto de vista do profissional.

E é isso que a gente quer melhorar no trabalho que a gente vem fazendo, inclusive quando eu falo de fazer uma greve se não arrumar o quadro, é por conta disso. Chegou no limite e aí não dá para brincar com isso.

A questão do acidente, como o deputado Marcolino falou e você comentou também, desculpa, deputado, eu não ter respondido, é meio que estável, e aí tem um problema: como enfatizou a corretiva... E as empresas estrangeiras... A maioria que tomou conta aqui, se você pega, uma é portuguesa, outra é americana, agora é italiana. Elas têm um viés muito forte da questão de ESG, de cuidado e tal. Eles trazem isso no DNA. Com todos os problemas que a gente está vivendo, eles trazem isso.

E os caras começam a colocar tecnologias muito fortes, cobranças muito fortes na área de segurança. Isso inclusive aumentou. Aí a pessoa fala: “Então isso é bom. Aumentou a cobrança, então está cuidando”. Vírgula. Uma equipe que trabalhava com o caminhãozinho lá, com o F-4000, que era mais perigoso e tudo mais, mas tinha uma qualificação e um conhecimento muito grande.

Eu cheguei a trabalhar na época em que teve acidente zero na empresa. Zero. Na Eletropaulo inteira. E não era só Eletropaulo metropolitana da cidade de São Paulo, não. Era a Eletropaulo do Vale do Paraíba, Santos, era uma empresa só. Foi cindida, é bom lembrar.

E a Emae, só para falar da questão da Sabesp aqui, deputado: a Emae é estatal, está sendo privatizada, é uma geradora que poderia muito bem alimentar a Sabesp, tá? A Emae poderia ser a fonte de energia da Sabesp e diminuir o custo de conta de luz. A maior consumidora de energia do estado de São Paulo é a Sabesp. Aí está vendendo a Emae e vai pagar a conta para as empresas que estão privatizadas. Fica só a deixa aqui também, que é um equívoco isso aí.

Então, deputado, o que ocorria nessa época? Tinha um viés, mesmo com esse caminhãozinho mais perigoso, o trabalhador era qualificado, subia e não se acidentava. Hoje, o cara tem que usar balaclava. Não tinha isso na minha época. O cara bota uma

toca. Pode estar um sol de 40 graus, põe um mangote, põe a toca, o cara se emborracha inteiro e aí, no final do dia, que a gente fazia 12 serviços, dez serviços, esse trabalhador está fazendo de quatro a seis.

Então, o que quero dizer aqui é que, além de ter mudado o viés, o excesso de exigências que estão sendo feitas - tem momento que é até exagerado o excesso de exigências -, reduziu a quantidade de serviços que o trabalhador próprio está fazendo. Eles têm condição de trabalhar sem esse monte de parafernália que até desgasta mais fisicamente, por conta do calor e tudo mais, mas está tendo muitas exigências.

Então, assim, o que mudou? O viés era luz ligada e manutenção feita. Hoje, o viés é luz ligada e vai deixando as coisas como estão, porque tem mais serviço para fazer. O trabalhador não chega a um poste e arruma de cima a baixo. Se ele estiver trabalhando nesse poste aqui que deu problema, ele vai arrumar esse poste. Se o do lado estiver com problema, ele não vai ali arrumar. Ele não tem nem autorização para isso. Tem que ser gerada uma nota dentro da empresa que o autorize a fazer aquele serviço.

No passado, a gente tinha autonomia de parar em um poste, arrumar e, se houvesse um serviço do lado para ser feito, eu tinha autonomia, como trabalhador, para ir lá e arrumar. Hoje, não. Hoje vai sendo deixado.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Mas pela experiência do deputado Sebastião, o parque era muito arcaico. A minha dúvida é se houve, se os investimentos que aconteceram, mesmo da maneira que foi colocada pelo senhor... O contrato de concessão força até que sejam criados, falseados, os dados para que a tarifa não seja aumentada. Mas houve um investimento da concessionária, então, no parque?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Sim, ocorreram os investimentos, sim, mas eu quero fazer um contraponto importante: eu não consegui trazer esse dado por ser sigiloso, questão de dado financeiro. Tive mais dificuldade e não tive - confesso aqui - o tempo hábil.

Fiz uma conferência, deputado. Até para colocar: Conferência Nacional de Transição Energética, porque estamos preocupados... Ficamos três dias fazendo na ESPM isso aí, porque estamos preocupados com os carros elétricos conectados na rede. Não tem energia. Se virar a chave do petróleo para o elétrico, nós não temos condição de atender. É outro problema que estamos vivendo aqui.

Fizemos uma conferência importante, porque estamos preocupados com o que vai acontecer no futuro. E a solução passa pelo eólico, passa pelo solar. A Absolar e a ABEEólica estiveram lá presentes. A própria Enel X esteve lá apresentando cidades inteligentes, que tem projeto para isso, só que é custoso. É custoso. Os investimentos foram feitos, mas o lucro foi auferido também em grande escala.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Você hoje classifica... Esse parque, hoje, ele não dá para ser classificado como um parque...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - De excelência.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - De excelência, não, mas houve uma evolução, então, pelas suas...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - As novas tecnologias foram aplicadas. Então, assim, foi surgindo nova tecnologia? Ah, um tipo de isolador polimérico. Antes era de porcelana. Foi aplicado. Então, assim, vamos colocar... O que a deputada Carla colocou: os materiais evoluíram e a empresa aplicou esses materiais na rede.

Então, eu diria: estatal ou privada, a evolução viria. Do meu ponto de vista, viria do mesmo jeito. O que ocorre é: o privado precisa do lucro. Não tem como. O setor privado não vai vir aqui e não tirar o lucro. De algum lugar tem que sair. Se não sair da tarifa, vai sair do quadro de pessoal. Se não sair do quadro de pessoal, vai sair da manutenção. De algum lugar tem que sair.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Eu estou usando essa experiência, presidente, porque vamos ter uma discussão na Casa, logo mais, com relação à Sabesp. Então, é uma experiência, é um case que faz com que a gente possa pensar bastante. Mas me parece que, pela sua visão, então, o grande problema... Independente da ideologia, então, daqueles que aceitam ou não, você deixou claro, mas a grande questão foi o modelo de concessão.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Sim.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Se o modelo de concessão tivesse se preocupado um pouco mais, ou talvez não tivesse, naquela oportunidade, a previsibilidade, não fosse possível imaginar tudo isso, vou dar o benefício da dúvida para quem pensou, mas se o modelo tivesse descido um pouco mais preocupado com essas questões que impactariam a tarifa e não só, como o senhor trouxe aqui, “olha, a privatização vai diminuir a tarifa”, então venderam isso para a sociedade.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Para justificar.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Para justificar e até atrair apoio para aquela privatização naquele momento, mas a realidade não era essa. Aí foram criando mecanismos para proteger essa tarifa, de modo que não impactasse a sociedade de forma muito terrível. Acho que é por aí, não é?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - É,

a conta é uma só. Vamos colocar: a fatura é uma só, a conta é uma só, a receita é uma só. Para sobrar lucro, tem que sair de algum lugar. Eu já demonstrei ali que aumentou a tarifa acima do IPCA. No passado era só o IPCA que se aplicava. Então, já tem uma remuneração aí. Já tem uma remuneração reconhecida. E o investimento tem que ser feito, não há o que se falar. O que eu entendo é que, se o órgão regulador fizesse o ajuste fino do negócio, talvez não tivesse interessado na concessão.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Entendi.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Iam falar: “Então fica com o estado, toca esse troço aí. Você só quer manter a luz ligada, não quer me dar dinheiro? Então, fica com esse trem”. Teve que dar uma flexibilizada, senão não teria privatização. O fato é esse.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Eu entendi. Só para terminar, presidente, a última questão. Quando começa a CPI... A CPI tem sido muito importante para esclarecer diversos fatos. A ideia é de que as concessionárias, por conta delas, elas só visavam o lucro e não atendiam a população. Nós temos percebido que não é isso.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Não é.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Que há um problema no modelo de concessão, que há um problema na fiscalização. Então, tudo isso deve ser discutido ao final para que sejam atribuídas as responsabilidades de maneira acertada. É isso?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Deputado, eu diria que é exatamente isso. Vamos colocar assim: o player, a empresa que assumir a concessão... Não estou falando de Enel aqui. Qualquer empresa. Ela tem um perfil, uma característica de negócio, o jeito que ela gosta de tocar o negócio. Então, a AES era um jeito, a Enel é outro, a EDP é outro, a Elektro, cada um tem o seu perfil de tocar o negócio, administrar o negócio.

Agora, o modelo deixa frouxos alguns pontos, então tem que ser revisado. A parte de fiscalização, vou dizer aqui, eu fui contra a privatização uma época, porque eu tinha essa leitura de “vão colocar a raposa para cuidar do galinheiro”. Aí, como que foi justificada a privatização? “Não, isso não vai acontecer, porque vai ter um órgão regulador que vai resolver”.

Pronto, matou o meu argumento. Só que esse órgão que ia cuidar de tudo, a gente percebe que não tem perna para cuidar de tudo, e aí acontece o que está acontecendo ao longo do tempo. As empresas se esforçam, suas áreas de engenharia se esforçam muito - eu estou dizendo aqui porque eu converso com os colegas no dia a dia - para atender da melhor forma possível dentro do que têm na mão, mas me parece sempre que falta alguma coisa para chegar nos 100%. A regra do jogo deixou meio frouxo.

Eu vou falar assim: o modelo foi vencido já, está estourado, e aí não é a empresa, eu quero deixar claro aqui, é o modelo que está superado.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Eu percebi, presidente, isso, e agora estou me aproximando bastante. Com a CPI, a gente vai tendo acesso aos canais de comunicação, e eu percebo que, se houver essa evolução no modelo, pode ser prestado, sim, um bom serviço à população.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - E, me permita, deputado, as concessões estão vencendo em 28 agora, a maioria. Eu cheguei a conversar isso com o Padilha, lá em Brasília. Eu falei: “eu estou preocupado com isso”. Por quê? Vamos colocar aqui: a Enel pegou a concessão em 2018, dez anos só de concessão, fez o investimento e fez um aporte inicial. O investidor quer recuperar isso em um prazo curto.

Não tem um tempo hábil para recuperar, ele está correndo atrás do resultado, e eu faria isso, você faria, qualquer um faria isso como modelo de negócio. Está correndo atrás do resultado, vê a pandemia no meio do caminho, sofreu um monte de problemas aí e está correndo atrás do resultado, por isso dividendos maiores. Foi verificado, é só olhar na CVM que vocês irão perceber o que está acontecendo.

Se a gente não discutir essa concessão logo, nós vamos ter um problema. Eu acho que é o seguinte: o problema não é a empresa, o problema é o modelo, e aí tem que chegar para ele, por exemplo: “Você vai ficar? Se vai ficar, tem que resolver isso, isso, isso e isso. E, se não vai ficar, vamos resolver isso de outra forma”. Tem que tomar a decisão, porque o modelo é ruim e, se esticar mais cinco anos desse modelo, nós só vamos piorar o cenário. Eu acho que a hora é agora, de sentar e...

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, é perfeito, porque o que nós queremos é que a população seja bem atendida.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - É isso.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - E o Estado não pode lavar as mãos fazendo a transferência para o setor privado, tirando a sua responsabilidade. Então, me parece que nós temos que estar muito atentos, sim, para cobrar o Estado nessa participação, porque o serviço público é essencial. Como água e energia elétrica,

tem que ser preocupação do Estado, não pode sobrar para o cidadão. Obrigado, seu Eduardo.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só acho que mais uma questão, o modelo de desmonte do setor elétrico. O desmonte do setor elétrico, Chicão, começou em 88 com a privatização...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Em 98.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Noventa e oito. Ou já começou lá atrás em 83, quando a Cegelec começou a operar no setor elétrico no Brasil. E aí mais uma pergunta: a Siemens continua ainda sendo uma das maiores fornecedoras para a estrutura elétrica no estado de São Paulo ou não?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Olhe, não vou te responder essa questão, porque eu não tenho o dado perfeito, mas eu não a vejo com tanta intensidade, não. É uma grande fornecedora, mas eu acho que não é a principal fornecedora a Siemens, não. Posso até verificar e depois passar o dado com precisão, não tenho essa informação de pronto.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Depois passe para a relatora. Assim, qual é a pergunta: quando a gente começou a trabalhar na CPI do Metrô e da CPTM, a gente fez o levantamento e conseguiu chegar na estruturação do setor elétrico aqui no estado de São Paulo quando foi montado lá pela Cegelec e entra no setor elétrico do País. Na sequência vem o Metrô, vem a CPTM, então eles foram entrando praticamente em todos os setores.

Hoje, a Siemens está na área médica. Tudo o que você vai ver lá, os equipamentos são da Siemens. Então - até para a relatora e depois para o presidente -, qual é essa relação que a Siemens tem hoje em relação ao setor elétrico do estado de São Paulo? Porque, quando a gente fala dos equipamentos que têm... A deputada Carla perguntou como é que eram os equipamentos, se eram iguais, a qualidade que têm.

Acho que valeria a pena dar uma olhada também em relação à questão do equipamento. Muda um pouco do foco da energia, mas acho que é importante ter uma noção dos equipamentos que estão entrando em cada...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Eu tenho a impressão de que não, mas eu não quero responder porque, por exemplo os IVRs que foram instalados na rede vieram da Rússia uma parte, então não têm nada a ver com a Siemens. Então, eu creio que não, mas não quero responder, eu vou checar primeiro. E aí, a outra pergunta? Junto com essa, tinha uma outra questão.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - É só isso mesmo.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - É só isso mesmo?

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Só uma questão, presidente. Eduardo, você traz os dados aí de 145% de aumento na energia. Quanto você acha que precisaria aumentar a energia para realmente ser entregue aquilo que está no contrato?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Poxa, eu não... Fica a incógnita, eu não consigo também responder. Agora, deputado Sebastião, me permita falar da questão. A geração distribuída, que o senhor defendeu aqui de uma certa forma, eu acho que é uma saída para um futuro.

Eu até cheguei a conversar com alguns presidentes de distribuidoras no passado próximo dizendo para eles: a distribuição vai perder mercado para a geração distribuída. Por que não vocês mesmos se organizarem e criarem um banco, fomentar o investimento e fidelizar esses clientes? Financiem a instalação nas casas.

O senhor falou a questão dos 100 watts lá da residência de baixa renda. Eu diria mais, deveria haver um grande fomento a nível nacional de instalação de placa em tudo quanto é casa. A gente carece. Eu falei aqui: para um país se desenvolver, precisa de energia. Não preciso fazer mais nenhuma hidroelétrica para atender, já têm tecnologias que suprem. Vamos deixar a hidroelétrica como bateria, o reservatório é a nossa bateria, e vamos colocar placa solar.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Ou seja, gera energia em cada ponto.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Isso. E é complementar à rede, isso seria um futuro. Só que o Brasil ainda engatinha. Não quero entrar nesse detalhe, depois até passo para os deputados aqui o resultado da nossa conferência, “passou por isso, passou players, geração, transmissão, distribuição, passou por lá”. Tem um problema em todas as áreas para implementar energias renováveis no Brasil e ter sobra de energia para poder atender a todas as demandas.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Aqui, quando você fala dos 145%, se nós formos colocar isso que nós conhecemos lá na ponta, o valor disso com mão de obra, com equipamento, com deslocamento, com tudo isso, isso aqui teria que estar em um valor astronômico.

Hoje, o Brasil pagando 30 reais no megawatt, para o Paraguai entregar ele aqui em São Paulo, sendo que eu faço uma usina de um megawatt e eu ponho 120 mil reais no bolso por mês. Então, é um descalabro muito grande. O que é hoje tecnologia de momento com o que era pensamento do passado. Então, isso aqui...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Tem muito a fazer.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Hoje ainda vamos discutir muito e vamos brigar lá para os nossos amigos, para não perder o subsídio do convênio.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Agora é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputada Carla, para finalizar.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Pois não.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Para finalizar, dez perguntas. Não, eu vou fazer o seguinte: para não judiar muito dos colegas, eu posso pedir autorização para mandar para ele as perguntas restantes e depois ele entrega para a CPI. Mas eu quero fazer uma, eu não vou conseguir ficar segurando, esperando, porque a minha ansiedade não vai deixar. Então é só essa, Thiago.

Sobre a questão dos fios instalados nos postes de energia elétrica, na questão de fios de televisão, de telefonia, de internet, aquelas coisas todas, como que é isso? Como que funciona isso? Quem fiscaliza esse poste, na verdade, é uma concessão para distribuição de energia. A distribuidora de energia deixa utilizar uma sublocação dos pontos.

Quem deve cuidar disso é a Enel? É a agência reguladora? São as empresas que utilizam dessa locação aí? Quem é o culpado por ter esse emaranhado de fios pendurados em todos os postes por onde a gente anda e que, muitas vezes, causa acidentes gravíssimos, levando até a vida das pessoas. Inclusive tenho diversos vídeos aqui que eu pude presenciar de motoqueiros que estavam passando e quase perderam o pescoço num fio desses que caiu do poste.

Quem é culpado por isso?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Tem muitas respostas para esse questionamento, mas vou tentar ser breve aqui.

Sempre que vai instalar uma linha telefônica nova ou uma rede de internet, alguma coisa, é entregue um projeto para a empresa. A gente chamava de rota telefônica na nossa época, então você pegava um projeto de implantação e aí um técnico da empresa corria analisando o esforço mecânico.

A gente calculava o esforço mecânico dessa rede que estava sendo instalada no poste que estava colocado. Em alguns pontos o poste sustentava aquela tração, a gente só anotava que estava de acordo. Em alguns pontos o poste não sustentava, a gente substituía o poste, então tem um custo para a empresa concessionária para poder passar isso.

Então ela vai trocando o poste para sustentar a nova rede que vai ser tracionada ali, porque... (Vozes fora do microfone.) Isso, a rota telefônica, a Telefônica, a empresa da Net e por aí vai, as empresas que estão no mercado. Isso tem um aluguel, tem um pagamento mensal, isso também entra na contabilidade. A Aneel sabe disso, tem uma

Divisão de Registro de Pronunciamentos

parcela dos pagamentos, na verdade do apontamento para a Aneel do que a empresa recebe entra essas parcelas de... Cada tipo de serviço prestado tem um custo.

Então, por exemplo, onde tem um amplificador da rede da Net tem um valor específico para aquele serviço naquele poste. Onde tem a tração de uma ligação é outro. E o técnico que está ali correndo esse projeto vai verificando tudo isso e cria-se uma fatura para a empresa pagar de aluguel disso tudo aí.

O sindicato não tem, mas a empresa tem esse controle, porque ela recebe por esse serviço. Não é um empréstimo, é um convênio para utilização. (Vozes fora do microfone.) Não, mas eu creio que não é nenhum sigilo. Eu acho que na parcela da tarifa lá deve constar.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Mas, por exemplo, no lucro. Quando a empresa apresenta lá o balanço dela.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Ah, não, isso entra no resultado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Isso é uma receita acessória. Isso vai estar lá no balanço?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Aparece, em algum momento aparece no balanço.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Mas ela compõe essa receita acessória para reduzir a tarifa de energia?

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Confesso que eu não sei se isso reduz. Eu não sei se entra a parcela A ou B. Eu teria que verificar. Não me recordo disso, mas eu sei que é uma receita extraordinária para a empresa.

E aí a pergunta da deputada é relativa a quem é o responsável por aquilo. Como tem um convênio, a empresa alugou, ela entrega um poste com capacidade mecânica para tracionar aquele peso que está ali. Via de regra, o que acontece? Aí tem culpa das duas concessionárias.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

O cara vai lá e liga um telefone na casa da pessoa. Aí vamos dizer que é um aluguel, a pessoa foi embora, desligou o telefone e fica o fio pendurado. Vem um outro e pede outra ligação, puxa um novo fio. Vão ficando aqueles emaranhados na rua.

Então eu diria que a concessionária de telecomunicação tem a responsabilidade de ir lá e tirar, desmobilizar o fio que foi instalado. Não é o que eles fazem, eles vão deixando. (Vozes fora do microfone.)

Ela poderia fiscalizar isso, mas como que isso... Eu não diria como responsabilidade, porque o fio é da Telefônica. A responsabilidade é da Telefônica, no caso, no exemplo que estou colocando. Agora, o que ocorre quando tem que fazer uma manutenção naquele local?

A Enel vai, desmonta, deixa fixado o cabo da outra empresa no poste, ela tira, troca, substitui o poste, faz a manutenção, fixa novamente, não da forma... Porque ela não tem o padrão, os equipamentos padrão daquela empresa, mas ela fixa provisoriamente aquilo ali no poste e avisa imediatamente a empresa para vir regularizar.

E nesse momento é a hora que deveria tirar os cabos que estão a mais ali. Entendeu, deputado? É meio que uma parceria, né? (Vozes fora do microfone.) Vamos dizer assim, se eu estou alugando eu tenho que cuidar. Agora, o problema de enfiar, essa questão de fios, até aproveitando para falar, tem a discussão do enterramento de rede, só que aí as concessionárias falam o seguinte: é 11,5 vezes o custo da rede aérea.

É um negócio que a gente está falando de aumentar a conta de luz. Ficaria impagável você enterrar a rede no Brasil, então, assim, é complicado. A gente tem que ir fazendo isso paulatinamente para atender. E aí tiraria essa coisa horrorosa desse monte de cabo, que também é um serviço público necessário, não é? Telefonia... (Vozes fora do microfone.)

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Deputados, se a gente pudesse só pedir licença ao convidado e aprovar os itens, porque eu tenho outra agenda. Não tem quórum ainda? (Vozes fora do microfone.)

Não, nós abrimos. Quórum tem. (Vozes fora do microfone.)

É só para aproveitar.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputada Carla.

A SRA. CALA MORANDO - PSDB - Então, só pra finalizar, reforçar sobre a questão do quórum de deputados, que a gente não está tendo. É um tema muito importante, que afeta muito a vida do cidadão e está ficando bastante complicado, porque a gente não está conseguindo evoluir com os trabalhos.

Então, eu gostaria de pedir aqui em público para os deputados que não quiserem participar da CPI, que peçam para ser substituídos, porque não tem a menor condição de toda semana ter as reuniões aqui informais.

Agradeço muito a todas as pessoas que estão vindo para poder falar sobre esse tema tão importante, isso ajuda muito, mas no fim o trabalho fica emperrado por conta da falta desses deputados e pela irresponsabilidade deles em questão a essa matéria tão essencial, porque é uma questão de um serviço essencial.

Então, peço para que, se for possível, fazer uma convocação desses deputados todos que estão participando da CPI, para que se eles não quiserem mais participar, por favor, peçam para sair e ponham outro.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Como é uma indicação, nobre deputada Carla Morando, do partido, deveria fazer essa solicitação aos partidos que fizeram as indicações, caso não permaneça, que o partido faça a substituição.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Que hoje também, de forma excepcional, o Colégio de Líderes foi hoje. Então a deputada Monica e o deputado Carlos Cezar tiveram que estar lá no Colégio de Líderes, mas vamos fazer essa solicitação aos partidos. Só para finalizar, presidente Eduardo, acho que hoje foi o dia que a gente teve os maiores esclarecimentos, de forma muito clara do que acontece com esse serviço prestado pela Enel.

Aqui já é... Nesta CPI, já ficou claro que o número de fiscais que tem no nosso Estado, que tem na Arsesp para fiscalizar toda rede elétrica dos 645 municípios não é suficiente, mas você falou que se quisesse alguma coisa, por amostragem, fizessem um

sorteio, fossem buscar qualquer ponto específico, a gente conseguiria fazer uma fiscalização.

Você acha que... Existe então, vamos falar assim num termo chulo, um braço curto dos fiscais de não quererem uma efetiva fiscalização? E se você acha interessante a gente chamar aqui o responsável... Quantos fiscais são? Chamar o coordenador desses 24 fiscais para a gente entender como eles têm feito essa fiscalização e se tem mais algum nome que você sugere a esta CPI? Porque assim como você o fez aqui hoje, para que a gente pudesse ter a continuidade dos nossos trabalhos e contribuir assim como você o fez.

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO -

Olha, na Arsesp, eu conheço algumas pessoas lá, que são extremamente competentes, pessoas que me ensinaram a trabalhar. Só que lamentavelmente é isso que eu estou dizendo, o número é limitado.

Eu não sei a priorização da Arsesp em relação à fiscalização, deputado, porque se eu falar: “vamos focar em campo”, é uma coisa; agora, se eu falar: “vamos focar na burocracia aqui, nos documentos”, é outra. Se eu entupir o fiscal de relatórios para ele avaliar, ele não vai fiscalizar em campo.

Então eu acho que é questão de prioridade. Eu posso ter um time pequeno, se eu otimizar, eu consigo por amostragem - é obvio que com um time pequeno você não consegue cobrir 645 municípios, isso é claro -, mas por amostragem eu consigo ver como está a Enel num dado momento, a EDP num outro, a Elektro num outro, a CPFL num outro, a Cteep num outro, a Cesp num outro, Furnas num outro, está tudo aqui em São Paulo isso daí, a Emae num outro, e por aí vai.

Temos muitas empresas que são... O Sindicato dos Eletricitários de São Paulo, a base é estado de São Paulo, nós negociamos com 390 empresas do setor elétrico aqui de São Paulo, então tem trabalho. Além dos 645 municípios, são - só da base dos eletricitários de São Paulo - 390 empresas, não é fácil, mas não é impossível. Tenho 25 diretores do sindicato e a gente toca o barco com 25, não é 24, é 25.

A gente corre os 108 municípios, a gente conversa com as 390 empresas e dá conta dos acordos coletivos de todas elas. Não é impossível, mas tem que priorizar. Quem sou eu para ensinar a Arsesp a trabalhar? E os profissionais que estão lá são extrema... Vou falar aqui, não vou citar nomes, não, mas são - pelo menos os que eu conheço - extremamente competentes e capacitados.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Até para precisar o que foi colocado agora, senão daqui a pouco dá impressão que é dos trabalhadores a reponsabilidade, não é, é da Arsesp. Então acho que o nosso caminho aqui é cobrar por que a Arsesp não tem um quadro ampliado, para dar conta, porque hoje a concessão é uma realidade, então ela vai se renovada... Até a renovação, a concessão está colocada.

Então para dar conta da fiscalização, se tiver que melhorar e ampliar o quadro da Arsesp, nós vamos ter que cobrar que isso aconteça, até para dar conta até 2028. Por mais que tenha essa relação, nós temos que fazer a cobrança das partes, porque senão, daqui a pouco a responsabilidade passa a ser do servidor e não é, é da agência que tem que aumentar o seu corpo de servidores.

E aí, aproveitando também, Chicão, quando fala... A deputada Carla Morando perguntou em relação às quedas de energia, que queimam equipamentos, a impressão que deu na sua fala, é que o problema é da pessoa, é do consumidor, o neutro da casa dele está com problema e acaba entrando.

A gente sabe que muitas vezes, hoje inclusive a própria Enel já reconhece que nas quedas de energia consegue trocar a televisão, consegue fazer os ressarcimentos, senão daqui a pouco a Enel vai falar: “Não, o problema...”

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Não, eu posso complementar.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Fica a impressão... Eu queria falar e acabei não falando... Dá impressão que o problema de quando tem uma queda de energia e tem uma queima de equipamento, é do consumidor o problema e não da empresa de energia. Então acho que se puder precisar...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Sim, sim, sim.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Como a CPI está gravada, senão dá impressão...

O SR. EDUARDO DE VASCONCELLOS CORREIA ANNUNCIATO - Não, não eu complemento. Pode ser isso. O Brasil é o país... Depois eu concluo a pergunta do deputado. O Brasil é o país que mais tem incidência de raio, a rede tem que ter proteção contra raio elétrico. O raio destrói também, e via de regra, quando tem problema, está chovendo, está ventando, está caindo raio. Então se for detectada uma queda de raio que atingiu lá, a gente tem o direito de pedir ressarcimento, porque tem que ter proteção para isso.

Existe surto elétrico, é obvio, se um transformador entrar em curto e o primário for para o secundário... Dentro dele como é que é: uma bobina ligada no 13 mil volts e outra bobina que alimenta as casas. Se entrar em curto interno, esse transformador, é um surto, vai passar uma sobrecorrente, uma sobretensão para o secundário e pode eventualmente queimar os equipamentos, acontece.

Assim, pela experiência que eu tenho, via de regra, é conexão que pode ser na rede da Enel, mas pode ser no cliente também. E via de regra, é no neutro que ocorre esse tipo de problema, por isso que eu frisei tanto o neutro, mas bem colocado pelo deputado... Não, na caixa ou no poste, via de regra, esse é o problema mais crítico de queimas de energia, ademais é raio - a incidência é muito grande - e tem esses surtos que podem acontecer eventualmente.

E respondendo ao deputado, eu acho que se convidar os técnicos para dizer o sentimento deles em relação à fiscalização, de repente pode ser detectado essa carência de mão de obra ou a priorização que está sendo feita - que eu não consigo precisar aqui - pela Arsesp. De repente pode ser melhorado, acho que o processo é de melhora, não é um processo de caça às bruxas, é esse ou aquele, é um processo de melhora.

O SR. SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Chicão, só para a gente desestressar um pouco, aquela manutenção que a gente fazia de verificar a rede, hoje tem o drone, meu amigo. É só pôr o drone no GPS. Você tem aí, como a gente colocou agora na Polícia Ambiental, o Carcará II, que é usado pelo Exército é 30 quilômetros, meu amigo. Entende? É trazermos para dentro realmente equipamento de ponta, evolução, é o que está aí na agenda, até 30, nas ODSs, é cumprirmos as ODSs.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Esse Sebastião Santos é um orgulho. Tecnológico.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Bom, acho que, nada mais aqui a tratar, além de agradecer muito.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, só parabenizar o Eduardo. Eu conheço bem a realidade dos trabalhadores. Meu sogro trabalhou a vida toda, se aposentou, começou na Light, depois Eletropaulo, é um aposentado da Eletropaulo. Então, as informações... Muito obrigado por contribuir com a CPI.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *